

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

João Luiz Gonzaga Peçanha

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, NOS JORNAIS DIÁRIOS DE
SOROCABA: reflexões sobre a imprensa como aparelho ideológico**

Sorocaba/SP.

Novembro/2005

João Luiz Gonzaga Peçanha

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, NOS JORNAIS DIÁRIOS DE
SOROCABA: reflexões sobre a imprensa como aparelho ideológico**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice

Sorocaba/SP.

Novembro/2005.

João Luiz Gonzaga Peçanha

**O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, NOS JORNAIS DIÁRIOS DE
SOROCABA: reflexões sobre a imprensa como aparelho ideológico**

Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Programa de
Pós-Graduação em Educação da Universidade
de Sorocaba, pela Banca Examinadora formada
pelos seguintes Professores:

Ass. _____

1º Examinador: Prof. Dr. Hélio Iveson Passos
Medrado / Uniso

Ass. _____

2º Examinador: Prof. Dr. Wilson Sandano / Uniso

Sorocaba, novembro de 2005.

***À esposa Ana Lúcia, aos filhos
Marcela e Enrico, ao neto João
Eduardo, ao genro Nobel e ao
cunhado Mário Antônio..***

Agradecimentos:

Aos ex-alunos Carlos, Adelaine, Maria Lúcia, Mauricir e Ismenia, ao Prof. Dr. José Luís Sanfelice, meu orientador, e a todos os professores que me ajudaram.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo fundamental o estudo da participação da imprensa diária de Sorocaba na formação da opinião pública contra o governo de João Goulart, desde janeiro até meados de abril de 1964.

O que se procura destacar é a ênfase dada a uma suposta aliança do governo João Goulart com os comunistas, crescente durante o referido período, no sentido de formar a opinião pública para favorecer um apoio ao golpe civil-militar de 31 para 1º de abril de 1964. A imprensa atuou como uma instituição educativa.

Procurou-se também inserir a situação local no contexto político nacional.

O fundamento teórico da dissertação encontra-se basicamente em “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”, de Louis Althusser.

*

* Palavras-chave:

imprensa sorocabana; reformas de base; anticomunismo; golpe civil-militar de 1964

Abstract

The fundamental aim of this essay is the study of the participation of Sorocaba's daily press in the public opinion formation against João Goulart's government, since January until middle April of 1964.

The essay intends to remark the emphasis given to a supposed alliance between Goulart's government and the communists, increasing during the concerned period, toward the public opinion formation, in order to favour a support to the civil-military stroke from March 31st. to April 1st. The press played as educational institutional.

The essay also intends to insert the local situation in the national politic scene.

The fundamental theoretical basis of the essay is found in Louis Althusser's "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado".

*

* Key words:

Sorocaba's press; base reformations; anticommunism; civil-military stroke of 1964

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 APARELHOS IDEOLÓGICOS: IMPRENSA E ESCOLA	12
2 HISTÓRIA DO ANTICOMUNISMO E DA REAÇÃO ÀS REFORMAS DE BASE NO BRASIL – 1945 a 1964	20
3 SOROCABA: ANOS 60	31
3.1 Número de habitantes e estratificação social	32
3.2 Economia, Meios de Comunicação, Cultura e Ensino	33
3.3 Entidades Representativas de Categorias Profissionais e de Prestação de Serviços mais Expressivos	33
3.4 Entidades Estudantis de Nível Universitário	34
3.5 Clubes Recreativos	34
3.6 Movimentos de Jovens Estudantes e Operários ligados à Igreja Católica	34
4 ANÁLISE SOBRE A ABORDAGEM DO ANTICOMUNISMO E DAS REFORMAS DE BASE PELA IMPRENSA DIÁRIA DE SOROCABA	35
4.1 O Anticomunismo	36
4.2 Levantamento no noticiário dos jornais de Sorocaba sobre o Anticomunismo	38
4.3 Reformas de Base	43
4.4 Levantamento no noticiário dos jornais de Sorocaba sobre as Reformas de Base	45
4.5 Considerações sobre a abordagem do Anticomunismo e das Reformas de Base pela imprensa diária de Sorocaba: de janeiro a abril de 1964	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

A imprensa é um poderoso instrumento de formação de opinião, tanto no plano coletivo quanto no individual.

Historicamente, isso constitui um fato que vem se ampliando desde o século XVIII, especialmente a partir da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos, quando e onde se começou a levantar a questão da liberdade de informação, razão pela qual a imprensa deveria permanecer de posse da iniciativa privada.

Essa liberdade significou na prática que a burguesia, mais desenvolvida nesses países, acabou se apossando do poder de informação, veiculando notícias que mais lhe interessavam, no sentido de gerar uma formação generalizada de opiniões denominada liberdade de pensamento. É importante constatar que isso passou a acontecer em países nos quais o capitalismo estava em ascensão, o que explica que a burguesia, detentora do capital, tenha se empenhado em controlar os meios de comunicação da época, no caso os jornais escritos.

Houve repercussões disso em outras partes do mundo, nas quais aqueles países passaram a exercer hegemonia, principalmente a partir do século XIX, refletindo a ascensão e a expansão do capitalismo gerido pela burguesia.

A explicação para isso é que a expansão hegemônica desses países só poderia acontecer por meio da ampliação do mercado em nível internacional. E essa ampliação, que acabou acontecendo, criou uma nova situação, ou seja, a conquista do mercado através da propaganda, cuja veiculação encontrou na imprensa o seu meio mais adequado e com resultados positivos.

A hegemonia econômica da burguesia foi acompanhada pela tomada do poder político e formação do pensamento das massas através da educação. Isso aconteceu pela “educação” no sentido de convencer a maioria a dar apoio à implantação do novo sistema econômico, propagando-se maciçamente a democracia burguesa pela imprensa por meio de editoriais, notícias e anúncios.

Estruturou-se, então, o poder da imprensa de influir na formação da opinião pública, para construir e para demolir, portanto um fator político fundamental desde o

surgimento do jornal, até se chegar ao rádio e à televisão, devido à possibilidade de se manter ou se negar verdades ou falsidades.

Assim, a imprensa vem funcionando no sentido de expressar os interesses do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, ampliar o número de seguidores. Isso no que diz respeito à chamada grande imprensa, excetuando-se a alternativa que, no geral, contesta o sistema.

No Brasil, a chamada grande imprensa nacional já vinha assumindo o papel de preparadora de um golpe de direita, mas intensificou sua ação durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e de João Goulart, quando então se consumou a ação golpista. Nesse período a imprensa deu grande destaque a possíveis ligações desses presidentes com os comunistas, fundamentando-se no fato de terem recebido apoio estratégico dos mesmos.

Diz Thereza Cesário Alvim (1979, p.8) que,

papéis secretos guardados nos arquivos norte-americanos [...] vêm sendo pouco a pouco liberados [...]. A propaganda muito bem paga – via IBAD¹ (...) conseguiu transmitir de João Goulart e de sua assessoria imediata uma imagem distorcida na medida exata dos interesses golpistas. Enquanto se mandavam o fantasma do comunismo atemorizar as casas burguesas (...) enquanto se levava a população abastada a um grau elevado de paranóia, trabalhava-se também em nível mais sofisticado. O meio é a mensagem – a mensagem certa, para o cérebro certo.

Uma referência da autora à veiculação pela imprensa da idéia forjada de que os governos de Juscelino, Jânio e Goulart eram ligados aos comunistas.

Otto Maria Carpeaux, em *A Ideologia Anticomunista* ([s.d], p.183-185), levanta a questão: o que é ser anticomunista? Segundo Carpeaux, anticomunismo não se confunde com democracia, a não ser artificialmente, porque “Salazar, Franco e Goldwater são anticomunistas. Mas seriam democratas?”. E mais adiante: “Hitler e Mussolini foram anticomunistas de quatro costados. Mas quem se arriscaria a afirmar que Hitler e Mussolini eram democratas?”. E o que é importante: “Esses fatos são irrespondíveis. Certos jornais e agências noticiosas teimam em negá-los ou silenciá-los”.

O objetivo deste trabalho é demonstrar o papel da imprensa diária como formadora de opinião, a favor da manutenção de uma ordem vigente. Estuda-se em

¹ Instituto de Ação Democrática

particular a imprensa diária de Sorocaba, no ano de 1964, formada pelos jornais “Cruzeiro do Sul”, “Folha Popular” e “Diário de Sorocaba”, considerando-se o tamanho das notícias, das letras dos títulos, a página, a posição na página e a ilustração. Na época esses jornais não tinham editoriais, por isso foram consideradas as proporções das notícias quanto à forma e ao conteúdo.

A análise dos referidos órgãos de imprensa foi completada por entrevistas com testemunhas da época e parentes das já falecidas, além de pesquisas em arquivos de entidades estudantis e da Congregação da então Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras local (atual Universidade de Sorocaba).

No primeiro capítulo, procura-se uma identificação da imprensa e escola como aparelhos ideológicos, em função da manutenção da ordem sócio-econômica, no sentido de que a mesma seja justificada e mantida. Nesse sentido, Louis Althusser procura demonstrar que a imprensa e a escola se comportam como justificadora da ordem sócio-econômica vigente, com o que concorda Ciro Marcondes Filho, na sua obra “O Capital da Notícia”.

No segundo capítulo, procura-se demonstrar a aliança do anticomunismo com a reação às Reformas de Base no Brasil, de 1945 a 1964. Para tanto, é feita uma análise desde o governo de Eurico Gaspar Dutra até o governo de João Goulart.

No terceiro capítulo, é feita uma análise de Sorocaba nos anos 60, incluindo-se aí o número de habitantes, a estratificação social, economia, meios de comunicação, cultura e ensino, além das categorias profissionais, entidades estudantis de nível universitário. Também, são elencados movimentos de jovens estudantes e de operários ligado à Igreja Católica.

A seguir, é feita uma análise sobre o anticomunismo e a reação das Reformas de Base publicadas nos três jornais diários de Sorocaba.

Finalmente, vêm as considerações finais que são as conclusões do comportamento da imprensa diária de Sorocaba de janeiro de 1964 a meados de abril de 1964, quando então se faz a avaliação dos três jornais diários sobre o preparo da opinião pública no sentido de justificar o golpe civil-militar de 1964.

1 APARELHOS IDEOLÓGICOS: IMPRENSA E ESCOLA

Louis Althusser, em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado* (p. 42-45), propõe a discussão sobre a distinção e a relação entre o aparelho de Estado (AE) e os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). O aparelho de Estado ele define, de acordo com a teoria marxista, como sendo “o governo, a administração, o exército, a política, os tribunais, as prisões etc.”, que integram o Aparelho Repressivo de Estado e funcionam pela violência, embora possam assumir, na forma, características não físicas como, por exemplo, repressão administrativa.

Os aparelhos ideológicos do Estado (AIE), não se confundem com os AE, mas se correlacionam implicitamente com os mesmos, embora apresentados “ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (p. 42), dentro das quais está o AIE da informação e, dentro do mesmo, a imprensa escrita.

O AE é um só, apesar da sua variação, pois esta se concentra como um aparelho representado pelo Estado. Os AIE também se caracterizam por aparente pluralidade, que à primeira vista não permite identificar a sua unicidade. O AE pertence ao domínio público, através do Estado, enquanto os AIE pertencem na maioria à esfera privada.

Segundo Althusser, “privadas são as Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as Famílias, algumas Escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais, etc” (p. 45).

É fundamental, considerar o AE e os AIE como representantes dos interesses privados dentro da sociedade capitalista, pois o AE, embora represente o estado, este é a expressão do poder da classe dominante na sociedade capitalista, a classe detentora dos meios de produção.

Dessa forma, o AE representa de fato, com base no direito, os interesses da classe dominante.

Quanto aos AIE, diz Althusser (p. 46): “Pouco importa que as instituições que os realizam sejam públicas ou privadas”, importando sim “o seu funcionamento”, isto é, enquanto o AE (repressivo) pode funcionar pela violência, os AIE se impõem “pela ideologia”, como a imprensa e a escola, por exemplo. Ambas podem se completar,

ou uma fazer o papel da outra. Os AE, embora atuem através da repressão até física (por exemplo, a polícia e o exército), podem funcionar também pela ideologia, assegurando a sua disciplina interna e a sua projeção externa. Os AIE atuam pela ideologia, embora também usem da repressão subjacente (por exemplo, as escolas que educam, ameaçando com punição, rebaixamentos e expulsões).

Segundo Althusser, não existem aparelhos puramente repressivos ou ideológicos, mas sim uma combinação sutil de ambos que pode ser observada no cotidiano.

Se os AE são aparentemente mais explícitos e menos contraditórios, os AIE, funcionam através de diversidades ideológicas, contraditórias, mas refletindo uma única essência, a da classe dominante. Essas diversidades representam as contradições dos setores dominantes da sociedade, que se unem em função de manterem o poder. Segundo Althusser (p. 49), a classe dominante age no AE e nos AIE e essas ações “são duas crises diferentes”.

Essa diferença “não poderá esconder a realidade de uma profunda identidade” (p. 51), até porque a classe dominante não poderá manter o poder sem controlar os AIE.

Althusser (p. 51) chama a atenção para o fato de que “a luta das classes exploradas pode também exercer-se nas formas AIE, portanto virar contra as classes no poder acima da ideologia”. E isso porque a luta de classe não se limita à ideologia (e, portanto, aos AIE), pois ela reflete as contradições implícitas da infraestrutura econômica e, principalmente, “as relações de produção que são relação de exploração e que constituem a base das relações de classe”. Disso emana o empenho das classes dominantes em ampliar e manter a sua área de dominação ideológica através de duas formas aparentemente diferentes, mas convergentes, as de exploração, caracterizando a identidade do aparelho (repressivo) do Estado (AE) com os aparelhos ideológicos do Estado (AIE).

Segundo Althusser (p. 56) “é por intermédio da ideologia dominante que é assegurada a harmonia” (por vezes precária) entre o aparelho repressivo de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado e entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado.

É importante considerar que as sociedades capitalistas contem parâmetros, como os aparelhos ideológicos AIES de estado, que existem em números elevados, dentre os quais são pertinentes à problemática aqui enfocada:

- O aparelho escolar
- O aparelho de informação, representado pela imprensa.

Althusser procura fundamentar historicamente o controle da informação pelos setores dominantes da sociedade, enfatizando a escola. Althusser procura demonstrar historicamente o controle da informação pelos setores dominantes da sociedade, para fundamentar a teoria de que isso continua ocorrendo atualmente no sistema capitalista.

Depreende-se que o fenômeno não é inerente e exclusivo da sociedade capitalista, pois o mesmo é identificado por Althusser desde a Idade Média, quando predominava a Igreja, no período pré-capitalista e enquanto a burguesia ainda não exercia o papel hegemônico.

Segundo Althusser (p. 58), no período medieval já “existia um Aparelho Ideológico de Estado dominante, a Igreja, que comandava não só as funções religiosas, mas, também escolares”, além de “função de informação e de “cultura”. A Igreja era a expressão máxima do setor político na Idade Média.

Contudo, a partir do século XVI ao século XVIII, na Europa a luta ideológica entre a burguesia e o clero católico se acentua, como expressão da ascensão burguesa em busca do poder, até então ainda exercido pela Igreja vinculada ao estado absolutista.

Essa vinculação Igreja/Estado absolutista tinha implicação ideológica que a burguesia, em acentuada ascensão econômica, passa a tentar superar gradativamente, em busca do poder político.

O primeiro passo nesse sentido é manifestado pela Reforma, expressão de uma luta causada entre a religião protestante e o clero católico que “não é por acaso, é em função da própria posição dominante do Aparelho Ideológico de Estado religioso” (ALTHUSSER, p. 59).

O Renascimento artístico, iniciado no século XIII ganhando cada vez mais corpo até o século XVII, em diversos países da Europa ocidental, é também um

reflexo do novo modo de ver o mundo pela burguesia, caracterizando, através da arte, uma contestação ao AIE religioso da Igreja. O olhar estático medieval, voltado para o além nas pinturas, cede lugar gradativamente à representação de figuras imbuídas de imediatismo e movimento correspondentes com o mundo ou o momento que se vive.

Portanto, o renascimento artístico, comparado com os padrões impostos pela igreja medieval, representa também uma das fases da luta da burguesia, contra a imposição ideológica da igreja medieval quanto aos poderes artísticos e o conteúdo ideológico dos mesmos, com vistas a substituí-los por outros que representam os poderes burgueses.

Althusser atenta para o fato de que a revolução francesa, além do objetivo imediato de tomada do poder pela burguesia (fato político, com vistas a orientar a economia em função dos interesses comerciais burgueses), também representou um ataque ao “aparelho ideológico de Estado nº 1 a Igreja”. Disso resultou o enquadramento do clero num regime civil, além da “classificação dos bens da Igreja e a criação de novos aparelhos ideológicos de Estado para substituírem o aparelho ideológico de estado religioso no seu papel dominante”.

Desde então, dos fins dos séc. XVIII e durante o séc. XIX, a burguesia continuou se impondo através da hegemonia política, pelo controle do Estado, ao mesmo tempo em que procurava ocupar o lugar da Igreja no campo ideológico. E para isso se volta para ocupar o setor de classe, que é a escola, “não só para assegurar a sua hegemonia política, mas também a sua hegemonia ideológica, indispensável à reprodução das relações de produção capitalistas” (ALTHUSSER, p. 60).

A partir de então a escola forma o aparelho ideológico escolar, que passa a ser instrumento de dominação política da burguesia através da ideologia, dentro de formas diversas de governo.

Dentro da fundamentação de Althusser, destacam-se os exemplos da França e da Inglaterra. No caso da França, no século XIX, o império de Napoleão, os reinados de Luiz XVIII e Carlos X, a monarquia parlamentar de Luiz Felipe, chegando à democracia presidencialista no séc. XX, com De Gaulle.

Quanto à Inglaterra, o autor destaca que surge uma composição entre a burguesia e a nobreza, objetivando a detenção do poder por ambos os setores da sociedade inglesa (p. 61).

Isso ocorreu com a aprovação em 1689 do “Bill of Rights” (lei dos direitos dos cidadãos) como resultado da chamada Revolução Gloriosa (1688-1689), que limitou o poder do rei perante o Parlamento e assegurou dentro do mesmo, a partir de então, a equiparação do poder político da burguesia com a nobreza (BURNS, 1959, p. 529).

Desde o século XVII, a burguesia inglesa ascendeu ao poder político, de modo que hoje é ela quem dita as regras políticas, na Inglaterra, superando politicamente o poder da nobreza.

Os casos da França e da Inglaterra tipificam a ascensão política da burguesia e servem como poder de análise histórica do que passou a acontecer na Europa ocidental, a rigor desde o século XVI até a atualidade, com reflexos nas parcelas do mundo colonizado pelas potências européias, incluindo-se nesse caso a América, em particular o Brasil.

Althusser (p. 61) avança na sua análise, afirmando que a burguesia gerou “o aparelho escolar, que de fato substituiu na sua função o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante [...] a Igreja”, sendo criado assim o duo escola-família, com a escola substituindo a Igreja.

O autor, contudo, chama a atenção para o fato de que, a imprensa tem um papel preponderante, através das suas diversas modalidades, (jornal, rádio, TV) no sentido de impor sutilmente poderes de comportamento aos cidadãos para moldá-los em função das relações capitalistas (ALTHUSSER, p. 63).

No conjunto, portanto, o aparelho ideológico de estado fundamental é a escola, que via de regra é colocada, estrategicamente, em plano modesto, tanto a pública como a particular (p. 64).

Contudo, cabe retornar ao que o autor diz, ou seja, embora as ações do aparelho repressivo do estado (leis e decretos) sejam diferentes das ações ideológicas dos AIE, não há como negar que exista também uma “profunda identidade ente ambos”. Nesse sentido, há também, identidade profunda entre os

AIE, cuja maioria se encontra sob controle do domínio privado, como instituições religiosas, partidos políticos, sindicatos, família e, principalmente, escola e imprensa.

A escola é um AIE que assume as crianças desde a pré-escola (por volta dos três anos de idade em média) até os dezesseis anos, quando então a maioria se vê frente à necessidade de trabalhar, na cidade e no campo. Uma parte pode continuar os estudos até terminar o nível médio, tornando-se empregada nos setores públicos e privados.

Uma minoria consegue chegar aos estudos superiores e ascender socialmente, tornando-se “agentes de exploração” (capitalistas) e “da repressão (militares, políticas, polícias) e os “profissionais da ideologia”, como os padres em geral”.

Segundo Althusser, cada um desses setores fica convencido sobre o “papel que [...] deve desempenhar na sociedade de classe”, de acordo com o ensino recebido nos níveis escolares que chegaram a cursar: - O papel de explorado; - de agente da exploração – e de agente da repressão.

Althusser (p. 68) também chama a atenção para o comportamento dos professores: uma minoria, que procura se voltar contra a ideologia e as práticas próprias do sistema escolar, enquanto a maioria se adapta ao mesmo, entregando-se à “inovação”, que na realidade é artifício para “alimentar a representação ideológica da escola”, tornando-a “indispensável – útil e que até bem fazia aos nossos contemporâneos”, como a Igreja o era até o século XVIII.

Hoje, a escola se envolve com a família, como AIE, da mesma forma que a Igreja o fazia outrora. Contudo, cabe aqui uma indagação: até que ponto a escola e a imprensa se equiparam como AIE?

Os aparelhos ideológicos de Estado convergem para a reprodução das relações de produção capitalista, dentre os quais está o AIE de informação, isto é, a imprensa.

Diz Ciro Marcondes Filho (1989, p. 11) que

“criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta polêmica o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nação” preservando “uma suposta impessoalidade”,

impondo-se como reveladora da verdade. Diz também que “o jornalismo [...] atua junto com grandes forças econômicas e sociais”, raramente falando sozinho, pois ao mesmo tempo representa a voz de “outros conglomerados econômicos ou grupos políticos” que procuram dar o “frio de objetividade” às suas opiniões (p. 11).

A liberdade, a objetividade e a representatividade dos setores da sociedade, através da imprensa, são defendidas “pelos próprios defensores do poder”, quando se consideram ameaçados por noticiário oriundo da base da sociedade de “grupos adversários” (p. 11).

Informação e poder se confundem, significando que ambos se completam quando vinculados à relação de dominação.

Nesse sentido é importante considerar que os jornais são meios de veiculação política e ideológica, ao transformarem a informação em notícia, ou seja, passando-a ao leitor de modo a convencê-lo segundo os interesses do setor político e ideológico representado por aqueles veículos de imprensas.

Ciro Marcondes (p. 35) diz que através da imprensa,

há de fato uma intervenção na opinião e no posicionamento do público, porque é o veículo formador de opinião e de comportamentos: em longo prazo, os jornais – todos – por defenderem interesses particularistas e setorializados [...]. Não são de forma alguma mentiras – são veículos de manifestação de fração política, grupos econômicos e poderes militares, religiosos e sociais.

Isso assinala a questão da “neutralidade ideológica” que se torna sem sentido, mas não elimina a possibilidade de surgir na imprensa manifestação contra a ordem política vigente.

Ou seja, assim como na escola, na imprensa também existem manifestações contrárias ao sistema.

Althusser (p. 67) pede desculpas “aos professores que, em condições terríveis, tentam voltar contra a ideologia, contra o sistema e contra as políticas em que este os encerra”, acrescentando que são raros, porque a escola, no geral, justifica a ordem vigente.

Quanto à imprensa no Brasil de 1964, após o golpe, apareceram manifestações contrárias, com matéria de autoria de intelectuais e jornalistas de projeção no âmbito cultural, reunidas em livros por Thereza Cesário Alvim (1979).

Alguns desses autores até aprovaram o golpe, mas gradativamente passaram, ao lado de outros contrários desde o início, a assumir posicionamento de inconformismo.

Essa obra é um conjunto de artigos publicados em jornais cariocas, dentre os quais se destacam o “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”. Este último acabou indo à falência, pelo posicionamento da sua proprietária que se voltou contra o golpe devido ao seu direcionamento. O JB manteve a sua linha a favor do golpe e seus desdobramentos, embora abrindo espaço para articulistas católicos, com matéria assinada.

Constata-se por esses exemplos que a imprensa é um sujeito da formação da opinião pública, a favor ou contra a ordem estabelecida, e muitas vezes abrindo espaço para os dois posicionamentos. E aqui vale lembrar Althusser concordando com Marx, dizendo que a luta de classes se projeta nas “formas ideológicas dos AIE”, ultrapassando-as e virando “contra as classes no poder a arma da ideologia” (ALTHUSSER, p. 51).

Marcondes (1989, p. 31) diz que “o jornal [...] embora produto – mercadoria capitalista, pode, mais do que as demais mercadorias, não produzidas para a indústria de consciência, quebra, se bem que socialmente, o manolismo do fetiche – mercadoria da sociedade capitalista”, até porque “na análise do jornal liberal podem-se encontrar em uma mesma página pontos de vista conflitantes sobre determinado assunto”, E esse é o comportamento da imprensa liberal, principalmente em matéria política.

A análise dos autores acima citados que localizam o papel da imprensa na sociedade capitalista, orienta a leitura que se faz da imprensa sorocabana de janeiro de 1964 a meados de abril do mesmo ano, tomada, mais à frente, como principal objeto deste estudo.

2 HISTÓRIA DO ANTICOMUNISMO E DA REAÇÃO ÀS REFORMAS DE BASE NO BRASIL – 1945 A 1964

Cabe uma análise histórica para compreender como se forma o contexto político que, ao longo do tempo, resultou no golpe civil-militar de 1964, como reflexo da guerra-fria, desde essa bipolarização.

Dentro do contexto da guerra fria, a preocupação maior foi a de vincular atitudes dos governos sucessivos da república brasileira, que não interessassem às elites sócio-políticas, ao comunismo internacional ou então, se não se configurasse nenhuma atitude “pró-comunista”, caracterizada como tal, cabiam denúncias sobre procedimentos contrários à soberania nacional.

Em 1945 terminou o Estado Novo com a deposição ou renúncia de Getúlio Vargas. O poder foi entregue transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, na época José Linhares. Uma das atitudes mais marcantes desse presidente foi a perseguição aos comunistas, mandando invadir algumas sedes do PCB.

Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 a1951)

Na eleição presidencial de 1945, vencida por Eurico Gaspar Dutra, o PCB já legalizado foi votado expressivamente, com o seu candidato ledo Fiúza conseguindo cerca de 10% do total de votos, principalmente nas grandes cidades. Em 1946, o PCB elegeu dezessete deputados federais e um senador, Luiz Carlos Prestes, com expressivas maiorias também no Distrito Federal e em São Paulo. O cálculo sobre o número de militantes do partido, na ocasião, era de 180 a 200 mil. Em São Paulo os comunistas obtiveram o terceiro lugar na votação para as eleições estaduais, superando a União Democrática Nacional (UDN).

Essa expressividade política dos comunistas acabou gerando reação como, denúncias apresentadas por dois deputados do Partido Trabalhista Brasileiro, Himalaia Virgulino e Barreto Pinto, que afirmaram que o PCB era internacional e contra a democracia, estimulador da luta de classes e o denunciaram ao Supremo Tribunal Eleitoral, que cassou o registro do partido. O partido apelou ao Supremo

Tribunal, mas o vice-procurador da República Alceu Barbedo o demonstrou como estrangeiro, pois a sua denominação era Partido Comunista do Brasil. (BASBAUM, 1968, p. 189). E no Congresso Nacional, em 7 de janeiro de 1948, os mandatos dos deputados e do senador comunistas foram cassados, por 179 votos contra 14 (CARONE, 1985, p. 347-348).

Além dos mandatos cassados, a imprensa comunista foi proibida de circular.

O anticomunismo interno foi um reflexo da política externa do governo Dutra, que atrelou o Brasil à linha traçada pelos Estados Unidos no plano internacional, rompendo relação com a União Soviética, dentro do contexto da “Guerra Fria”. Além disso, no plano interno, os comunistas foram considerados pelo governo como “as espinhas das organizações de trabalhadores contrários à sua orientação” (FAUSTO, 1994, p. 403).

Governo Getúlio Vargas (1951-1954)

Em 1951 Getúlio Vargas assumiu como presidente da República, eleito com 3.849.040 votos. Foi a volta do político populista, cujo governo se orientou pelo nacionalismo, tendo como um dos pontos básicos a campanha do “o petróleo é nosso”, que resultou na fundação da Petrobrás, companhia estatal de pesquisa, e exploração das terras de petróleo constatadas, pela lei nº 2004, de 3 de outubro de 1953, além do trabalhismo representado pelo Partido Trabalhista Brasileiro e o peleguismo sindical.

Durante do governo de Vargas não houve propriamente uma postura anticomunista governamental e, sim, manifestações de setores da oposição que procuravam envolver o getulismo com o comunismo. Contudo, na verdade, o Partido Comunista engrossou a oposição a Getúlio acusando-o de “lacaio do imperialismo”, tornando-se o principal articulador da “greve dos 300 mil”, que envolveu várias categorias profissionais em São Paulo, no ano de 1953, cuja reivindicação principal era aumento salarial de 60%.

Essa greve terminou após 24 dias, com acordos feitos em separado, por cada setor envolvido (marceneiros, carpinteiros, sapateiros, gráficos e vidreiros) (FAUSTO, 1994, p. 410-411).

O anticomunismo, contudo, embora não tendo como vincular Getúlio ao comunismo, procurou denunciar a postura do governo como um incentivo a que os comunistas ganhassem espaço.

Nesse sentido destacou-se o deputado Federal Carlos Lacerda, através do seu jornal “Tribuna da Imprensa”, que atacava o populismo e o comunismo e procurava vincular ambos, envolvendo Getúlio como eixo de ligação. E nos meios militares, com a predominância dos anticomunistas, dentre os quais os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora, além do Brigadeiro Eduardo Gomes.

É importante salientar que o presidente Truman, dos Estados Unidos, forçou uma definição dos países do Terceiro Mundo contra o comunismo, principalmente depois que começou a guerra da Coréia. O presidente que o sucedeu, Eisenhower, acentuou o anticomunismo, a partir de janeiro de 1953 (FAUSTO, 1994, p. 411).

Em 1954, 42 coronéis e mais 39 tenentes-coronéis lançaram um manifesto que representou uma incrementação do anticomunismo no plano interno. Nesse documento foram denunciadas “as manobras divisionistas dos eternos promotores da desordem”, com o comunismo sempre à espreita (p. 415).

Segundo o manifesto, as instituições corriam um perigo muito grande de serem subvertidas, numa clara alusão a uma ameaça comunista, confundindo-a com o populismo.

A partir de fevereiro de 1954, Getúlio procurou reformular o governo e nesse sentido substituiu o General Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra, pelo general Zenóbio da Costa, um anticomunista ferrenho.

Além disso, o governo aumentou o salário mínimo em 100%, no dia 1º de maio, o que provocou muitos protestos do setor empresarial.

Dentro desse contexto, pessoal ligado a Getúlio armou um atentado contra Carlos Lacerda, um dos principais opositores do Presidente. Esse atentado resultou em ferimento a Carlos Lacerda e morte do seu acompanhante, o Major da Aeronáutica, Rubens Vaz.

A partir daí, com a constatação da participação do pessoal ligado a Getúlio no atentado, o governo perdeu o apoio das Forças Armadas. Em 23 de agosto, foi lançado um manifesto por vinte e sete generais do Exército exigindo a renúncia de

Getúlio. “Entre os signatários estavam não apenas conhecidos adversários de Getúlio, mas generais distantes da oposição sistemática como Peri Bevilacqua, Machado Lopes e Henrique Lott” (FAUSTO, 1994, p. 417).

No dia seguinte, 24 de agosto, de manhã, Getúlio Vargas se suicidou no Palácio do Catete.

O que se nota no governo de Vargas é a tentativa da União Democrática Nacional, através do seu principal representante, Carlos Lacerda, de vinculá-lo com o comunismo pelas suas medidas em favor do aumento do salário mínimo em 100%; e da adoção de “uma linha nacionalista na área econômica, responsabilizando o capital estrangeiro pelos problemas do balanço de pagamentos” (p. 416).

Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955 a 1960)

Com a morte de Getúlio Vargas, assumiu o vice-presidente Café Filho, garantindo as eleições de 1955.

Nessas eleições o candidato eleito foi Juscelino Kubitschek, que venceu os candidatos Juarez Távora, Adhemar de Barros e Plínio Salgado.

Segundo Boris Fausto, “os anos JK podem ser considerados de estabilidade política” e mais “de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico”, com base na construção de Brasília (p. 422).

Contudo, é importante notar que o anticomunismo se fez presente no governo de JK.

Segundo Boris Fausto, a alta oficialidade do Exército principalmente, estava com disposição de manter a democracia, desde que a ordem interna fosse preservada com o combate ao comunismo (p. 423).

Isso significa que o governo de JK pretendia conciliar o seu projeto de desenvolvimento industrial e a construção de Brasília com o anticomunismo e conforme Boris Fausto, o combate ao comunismo foi “habilmente explorado ao longo do tempo como mostram as cerimônias de homenagem às vítimas da ‘intentona’ de 1935” (p. 423).

Jk foi substituído por Jânio Quadros, um político que vinha se destacando desde a sua eleição a prefeito e, depois, a governador de São Paulo. Foi eleito com 48% dos votos, enquanto João Goulart se elegeu vice-presidente, ambos com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro e “uma dissidência sindical trabalhista, nascida em São Paulo, que se inclinou por Jânio. Daí se originou o movimento Jan-Jan, apoiando os nomes de Jânio e Jango. Em pouco tempo, os acontecimentos políticos iriam demonstrar os riscos dessa combinação inesperada” (p. 417).

O Governo Jânio Quadros (1961)

O governo de Jânio Quadros criou uma situação controversa no plano interno, ao visitar Cuba em 1960, provocando uma suspeita de que era simpático ao regime socialista cubano, além de logo depois condecorar Ernesto Che Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul. Essas atitudes incentivaram o movimento anticomunista, que não admitia aproximações com o lado comunista e provocaram motivos internos para justificar um golpe interno. Ao condecorar Guevara, Jânio “provocou a fúria dos conservadores ao condecorar o companheiro de Fidel, Che Guevara [...]” (p. 439).

Essa condecoração, contudo, significou na verdade uma tentativa de afirmar uma política externa considerada independente. Era uma política “colocada nas mãos insuspeitas do ministro do Exterior, Afonso Arinos de Melo Franco, consistia na busca de uma terceira via para o Brasil entre os dois grandes blocos, capitalista e comunista” (p. 439).

A política externa independente e a condecoração de Guevara levaram a uma exacerbação da oposição, principalmente de Carlos Lacerda.

“Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda [...] fez um discurso transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe janista” (p. 440). Logo após a denúncia, Jânio renunciou à presidência da República.

O governo de Jânio Quadros acabou servindo de pretexto para a afirmação do anticomunismo dentro do Brasil, porque embora não assumisse posições contrárias à política norte-americana, também prestigiava de certa forma a revolução cubana, especialmente com a condecoração de Guevara.

As implicações da condecoração de Ernesto “Che” Guevara estão ligadas ao fato da revolução cubana ter resultado na aliança do país com a União Soviética, uma vez que os interesses dos Estados Unidos passaram a ser contrariados, o que desembocou numa agressividade norte-americana contra Cuba. O governo cubano passou a ser apoiado pela União Soviética, o que resultou na montagem de bases de foguetes nucleares a serem usados contra os Estados Unidos, conforme a versão do governo norte-americano. Além disso, o governo cubano começou a implantar o sistema socialista, com o apoio dos soviéticos. Os interesses dos EUA foram contrariados pela nacionalização das empresas norte-americanas estabelecidas em Cuba e pelo apoio soviético recebido pelo governo cubano.

Em 1962, Cuba foi excluída da Organização dos Estados Americanos (OEA) por pressão dos Estados Unidos. Um ano antes, em 1961, os EUA sustentaram uma tentativa de invasão de Cuba organizada por exilados cubanos, que fracassou. Esse contexto explica o desgaste político, já em 1961, do governo de Jânio Quadros, em relação às pressões dos EUA e pressões internas, desde a condecoração de “Che” Guevara.

A renúncia de Jânio não pode ser considerada somente em relação ao contexto anticomunista, mas esse foi, sem dúvida, um dos fatores determinantes.

O anticomunismo, exacerbado no plano externo, com reflexos conexos no plano interno, atingiu o governo seguinte, do vice-presidente João Goulart, que sucedeu a Jânio após a renúncia deste.

O Governo de João Goulart (1961-1964)

Após a renúncia de Jânio Quadros, houve uma intervenção dos ministros militares que alegaram a inconveniência de Goulart assumir porque “viam nele a encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder. Por um acaso carregado de simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista” (FAUSTO, 1994, p. 443).

Os ministros, contudo, não tiveram o apoio da totalidade militar. Houve resistência do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e do comandante do III Exército, general Machado Lopes.

Diante da resistência, espalhada pelo país, João Goulart tomou posse em 07 de setembro de 1961, mas mediante uma emenda votada pelo Congresso nacional que modificava a Constituição, mudando o sistema presidencialista para parlamentarista, o que diminuiu os poderes de João Goulart. Assim, o presidente teria os seus poderes limitados, com possível bloqueio da influência comunista sobre os seus atos, visto que parlamentarismo concentraria o poder no parlamento que controlaria o exército do governo pelo primeiro-ministro.

O governo de João Goulart teve características marcantes em relação às reivindicações de mudanças estruturais no país, as quais receberam o nome genérico de reformas de base.

Essas mudanças começaram a ser cobradas do governo, gradativamente, por vários setores da sociedade empenhados pelo menos ideologicamente.

No nordeste, as Ligas Camponesas, lideradas principalmente pelo então deputado federal pernambucano, Francisco Julião, intensificaram o movimento pela reforma agrária, no sentido de acabar com os latifúndios improdutivos e promover a distribuição das terras aos camponeses explorados pelos latifundiários, sem indenização prévia. Em novembro de 1961, no primeiro congresso nacional dos trabalhadores agrícolas em Belo Horizonte, houve uma divisão entre os seguidores de Julião e setores católicos, com os comunistas, pois esses preferiram “se concentrar nos objetivos de promover a sindicalização rural e a extensão da Legislação Trabalhista ao campo. Desse modo, os comunistas, que eram minoria na reunião, defenderam uma linha de reivindicação mais integrada no sistema legal [...]” (FAUSTO, 1994, p. 445).

Diante dessas pressões todas, o governo acabou sancionando uma lei que “instituiu a carteira profissional para o trabalhador do campo, regulou a duração do trabalho e a observância do salário mínimo, e previu direitos como o repouso semanal e as férias remuneradas” (p. 455).

É fundamental considerar que essa mobilização no meio trabalhista rural veio a incentivar uma incrementação no setor trabalhista urbano, com o apoio de outros setores, como o estudantil universitário, através da União Nacional dos Estudantes, que se envolveu em favor das reformas, passando a ter uma participação política bastante ativa.

A Igreja Católica, tradicionalmente conservadora no Brasil, acabou se dividindo “entre diversas posições indo do ultraconservadorismo de bispos como Dom Geraldo Sigaud e Dom Castro Mayer às aberturas à esquerda típicas da Juventude Universitária Católica (JUC)” (p. 446).

Essa divisão da Igreja resultou numa radicalização que levou a uma oposição ao governo Goulart, da parte dos conservadores, que tiveram um papel muito importante no golpe civil-militar de 1964.

As lutas pelas reformas da base foram se acentuando, com reação cada vez mais marcante dos setores políticos e sociais conservadores. As reformas “abrangiam um amplo leque de medidas, entre as quais, a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de um milhão de trabalhadores do campo” (p. 447). O problema, contudo, era como indenizar os proprietários eventualmente desapropriados por necessidade social. Seria necessária uma reforma da Constituição.

Além disso, a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos setores inferiores militares, e uma participação mais efetiva do Estado na economia, como a nacionalização de empresas dos ramos de serviços públicos, frigoríficos e farmacêutica e controle de remessa de lucros para o exterior por empresas estrangeiras estabelecidas no país.

As reformas consistiam numa “tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado” (FAUSTO, 1994, p. 448). Não tinham nenhuma conotação socialista e muito menos comunista.

Contudo, as lideranças burguesas nacionais não aceitaram o caminho das reformas de base, uma vez que as mesmas estavam mobilizando as camadas operárias, através das direções sindicais, o que não interessava àquelas lideranças.

Por outro lado, as cúpulas militares, em consonância com as lideranças burguesas, começam a alimentar a convicção de que só uma ação armada poderia impedir o avanço do populismo e, possivelmente, do comunismo no Brasil.

Em outubro de 1962 as eleições para o Congresso e os governos dos Estados resultaram em vitórias de candidatos de centro e de direita, como em São Paulo (eleição de Adhemar de Barros) e no Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti).

Juntando-se esses aos governadores dos Estados da Guanabara (Carlos Lacerda) e de Minas Gerais (Magalhães Pinto), João Goulart tinha contra ele um peso considerável, representado pelos governos de unidades federativas bastante expressivas politicamente.

Em 06 de janeiro de 1963, Goulart passou por cima da emenda do parlamentarismo, que previa um plebiscito, pela volta ou não do presidencialismo no final do seu mandato, e promoveu uma antecipação que resultou um retorno ao presidencialismo, com “cerca de 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões de votantes” (p. 455).

Goulart procurou formar um ministério integrado por elementos da chamada “esquerda positiva”, tentando uma sustentação com base no meio sindical e militar. O ministro do planejamento, Celso Furtado lançou o Plano Trienal, que “previa a reforma agrária [...] e outras reformas no setor administrativo fiscal etc.” (p. 456), com o objetivo de diminuir a inflação. Previa, também, aumento de impostos para os setores sociais de renda mais elevada.

O plano de Furtado não teve bons resultados, pois “os beneficiários da inflação não tiveram interesse no êxito das medidas; os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o golpe; o movimento operário se recusava a aceitar restrições aos salários; a esquerda via o dedo do imperialismo por toda a parte” (FAUSTO, 1994, p. 456).

O ano de 1963 passou a ser o referencial da radicalização política, pois os proprietários rurais, temendo uma reforma agrária contra os seus interesses, começaram a se organizar, enquanto as ligas camponesas, o movimento sindicalista rural e os invasores rurais cresceram, principalmente após a rejeição, pelo Congresso, da emenda constitucional que previa a desapropriação de terras sem indenização imediata.

A conspiração militar contra Goulart, baseada no anticomunismo e nas reformas que atentaram contra a propriedade privada, aumentou principalmente quando o Supremo Tribunal Federal negou a elegibilidade dos Sargentos e esses passaram, em represália, a ocupar edifícios públicos, chegando a prender até oficiais.

“A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos foi sendo descartada como impossível ou desprezível, por todos os atores políticos” (p. 458).

Em outubro de 1963, Jango apresentou uma proposta ao Congresso de decretação do estado de sítio por trinta dias, que não foi aprovada.

“No início de 1964, aconselhado por seu círculo de íntimos, Jango optou por um rumo que se revelou desastroso” que era “contornar o Congresso, começando a realizar por decreto as reformas de base” (p. 459).

No dia 13 de março de 1964 houve um grande comício no Rio de Janeiro, no qual João Goulart decretou a desapropriação das refinarias de petróleo particulares, além da desapropriação de terras que não estivessem sendo utilizadas.

O presidente revelou também que estavam em preparo a reforma urbana [...] e propostas a serem encaminhadas ao Congresso, que previam mudanças nos impostos e concessão de votos aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas (p. 459).

O Golpe

Logo em seguida ao comício do dia 13 de março, no dia 19, mulheres ligadas ao lado conservador da Igreja Católica realizaram a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com aproximadamente 500 mil participantes, com a tônica no anticomunismo e que as reformas de base eram de inspiração comunista.

Nesse contexto, a Associação dos Marinheiros lutava para defender melhores vencimentos e direito de voto aos seus associados. O ministro da Marinha, Silvio Frota, ordenou a prisão dos dirigentes da Associação, mas em represália, mais ou menos dois mil praças marinheiros reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos. O problema foi resolvido através de um acordo entre a liderança sindical e o comando da Marinha. O comando sindical era representado por Dante Pelacanni. Isso, na verdade, provocou uma reação da alta oficialidade da Marinha, que considerou uma quebra da hierarquia, apoiada pelo governo.

O golpe já estava em andamento, pois em 31 de março de 1964, o Gal. Olímpio Mourão Filho, com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, do governador da Guanabara, Carlos Lacerda e de Amaury Kruehl, general comandante do II Exército de São Paulo, avançou em direção ao Rio de Janeiro. Na

noite de 1º de abril, Goulart foi de Brasília para Porto Alegre e de lá para Montevideú. A Presidência da República foi declarada vaga pelo presidente do Senado, Auro de Moura Andrade.

Estava consumado o golpe de 31 de março para 1º de abril de 1964.

Um golpe civil-militar, porque contou com lideranças, de um e de outro lado, que convergiram para os mesmo objetivos:

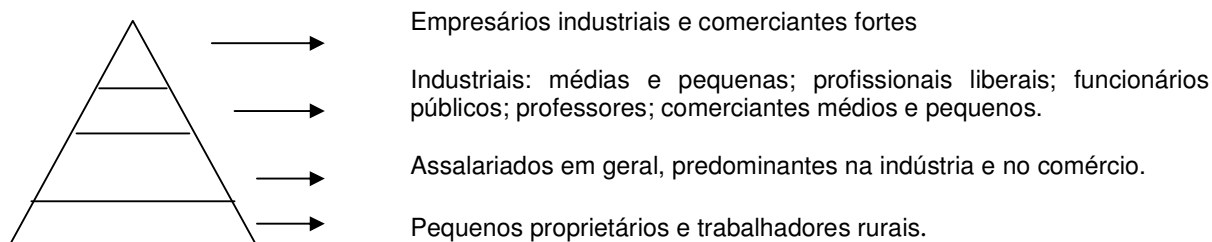
- Impedir uma suposta subida ao poder dos comunistas;
- Opor-se às reformas de base, principalmente a agrária.

3 SOROCABA: ANOS 60

3.1 Número de habitantes: estratificação social²

No começo de 1964 Sorocaba tinha aproximadamente 120 mil habitantes, residentes em grande parte na zona urbana, a maioria constituída por trabalhadores em indústrias em estabelecimentos terciários de prestação de serviços. Conservava, então, características de “cidade operária”, com uma classe média de profissionais liberais e funcionários públicos pouco numerosa, e uma elite ainda mais reduzida de empresários, principalmente de proprietários dos ramos têxtil e lojista.

Uma pirâmide social de Sorocaba da época seria aproximadamente a seguinte:



Os setores do ápice da pirâmide e os intermediários eram os mais ágeis das lideranças que, em geral, mesclavam o social, o cívico e o religioso, por meio de entidades como “Cruzada Social das Famílias Católicas”, “Confederação das Famílias Cristãs” (com grande influência no meio estudantil secundarista) e várias outras representativas de proprietários e de profissionais liberais. Quando pretendiam dar mais amplitude às suas ações, conseguiam espaço nos jornais sob a forma de noticiário.

² Não se conhece qualquer estudo específico sobre a estratificação social de Sorocaba na época em questão, daí o empirismo baseado em dados colhidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (agência local).

Os setores assalariados, apesar de bastante ativos, tinham pouco espaço na imprensa, sem muito destaque. Muitas vezes, os espaços tinham de ser comprados.

3.2 Economia, meios de comunicação, cultura e ensino

Nos inícios da década de sessenta, Sorocaba tinha uma economia representada principalmente por indústrias ligadas ao setor têxtil, minerais, vestuários, calçados, metalurgia, para citar os mais significativos.³

No setor de comunicação, a cidade possuía três estações de rádio, operando em AM: Rádio Clube, Rádio Cacique e Rádio Vanguarda. E quanto aos jornais, eram três diários: Cruzeiro do Sul, Diário de Sorocaba e Folha Popular.

Quanto à vida cultural, Sorocaba tinha na época uma atividade relativamente acentuada, embora sem apoio dos setores público e privado que pudesse ensejar um destaque maior. As entidades de maior relevância eram: Gabinete de Leitura Sorocabano, Biblioteca Operária de Sorocaba, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba e mais os grupos teatrais: Grupo de Arte Dramática (do Sesi) Grêmio Teatral “José de Anchieta” (do Colégio Anchieta); Grupo de Teatro do Ginásio Municipal “Dr. Getúlio Vargas”, Teatro Experimental Sorocabano. A maior parte dessas entidades era filiada à Federação do Teatro Amador da Baixa Sorocabana (FETABAS).

O ensino era ministrado por escolas das redes estadual, municipal e particular. As principais eram:

- **Rede Estadual:** Instituto de Educação Estadual “Dr. Júlio Prestes de Albuquerque”, Ginásio Estadual de “Vila Santana”, Ginásio Estadual “Dr. Octávio Novaes de Carvalho”, Ginásio Industrial “Fernando Prestes”, Curso Ferroviário, da Estrada de Ferro Sorocabana.
- **Rede Municipal:** Ginásio e Escola Normal Municipal “Dr. Getúlio Vargas”, Ginásio Municipal “Dr. Achilles de Almeida”.
- **Rede Particular:** Colégio e Escola Normal “Ciências e Letras”, “Organização Sorocabana de Ensino”, Ginásio Acadêmico “Anchieta”, Liceu “D. Pedro II” e, em nível superior, Faculdade de Medicina e Escola de Enfermagem “Coração

³ Segundo dados obtidos na sede local do IBGE.

de Maria” (ambas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba e Faculdade de Direito de Sorocaba.

3.3 Entidades representativas de categorias profissionais mais expressivas⁴

Dentre os sindicatos, os mais atuantes eram o dos trabalhadores nas indústrias têxteis e metalúrgicas. Havia também, a União dos Ferrovários da Estrada de Ferro Sorocabana e a União dos Servidores Públicos de Sorocaba.

Outras entidades de representação eram: Associação Feminina de Sorocaba, Associação Sorocabana de Imprensa, Associação Médica de Sorocaba, Associação dos Dentistas de Sorocaba, Associação dos Advogados, MMDC (associação representativa dos ex-combatentes da Revolução de 1932), Rotary Clube e Lions Clube.

3.4 Entidades Estudantis de nível universitário

Havia na época três entidades, que representavam os alunos das Faculdades. O Centro Acadêmico “Dr. Rubino de Oliveira” dos Alunos da Faculdade de Direito, o Centro Acadêmico “Santo Thomaz de Aquino”, da Faculdade de Filosofia, e o Centro Acadêmico “Vital Brasil”, da Faculdade de Medicina e Escola de Enfermagem.

3.5 Clubes recreativos

Essas entidades refletiam de certa forma, a estratificação social de Sorocaba pela freqüência às suas sedes.

A elite era freqüentadora do Sorocaba Club, do Clube União Recreativo, além da Confederação das Famílias Cristãs. As camadas médias se dividiam entre o Clube União Recreativo, o Círculo Italiano, o Estrada de Ferro Sorocabana Futebol Clube, a Associação Cristã de Moços, a Associação Scarpa, a Confederação das Famílias Cristãs, o Clube de Campo Sorocaba. As camadas populares tinham como

⁴ Segundo dados obtidos na sede local do IBGE

pontos de referência para recreação o Santana Atlético Clube e a Sociedade Recreativa 28 de Setembro.

3.6 Movimentos de jovens estudantes e operários ligados à Igreja Católica

Eram basicamente três: Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica e Juventude Universitária Católica.

Até a época do golpe civil-militar e seus desdobramentos, esses movimentos seguiam as diretrizes da Ação Católica, e que tinham como uma das suas principais preocupações as condições de trabalho dos operários.

Após o golpe, a Juventude Universitária Católica se dividiu basicamente em dois movimentos, um deles a Ação Popular (AP), cuja atuação em nível nacional foi marcada pela oposição radical à ditadura que se instalou em 1964 e se solidificou a partir do Ato Institucional nº 5, em 1968.

4 ANÁLISE SOBRE A ABORDAGEM DO ANTICOMUNISMO E DAS REFORMAS DE BASE PELA IMPRENSA DIÁRIA DE SOROCABA

A análise da imprensa diária de Sorocaba, entre janeiro e abril de 1964, mostra que a mesma procurou passar aos leitores, de início sutilmente, que a aprovação das reformas de base levaria ao fim da propriedade privada e à implantação do comunismo no País.

O “Cruzeiro do Sul” já pertencia à maçonaria, com posição marcadamente anti-esquerdista; a “Folha Popular”, controlada pelo clero católico, apesar da divisão política entre os católicos em geral, assumia o anti-esquerdismo, embora às vezes moderado; o “Diário de Sorocaba” se posicionava pelo anti-esquerdismo e pela posição de crítica às reforma de base.

A imprensa sorocabana diária tinha, portanto, pontos em comum: o posicionamento contra a esquerda política e, por extensão, ao governo João Goulart, incluídas aí as reformas de base.

Esses pontos em comum são considerados aqui a partir de janeiro de 1964, com diferenças sutis reveladas por uma análise minuciosa. Dentro da preocupação com a política nacional, o anticomunismo e as reformas de base são relevantes. A legalização do Partido Comunista Brasileiro como assunto nacional e a realização do comício pelas reformas de base em Sorocaba, provocaram manifestações por via de algumas colunas assinadas e de notícias isentas de caráter exclusivamente informativo.

No período aqui analisado, duas figuras políticas, então expressivas nacionalmente, ganharam manchetes pelas suas posições contrárias às reformas de base: os governadores de Estado Adhemar de Barros (de São Paulo) e Carlos Frederico Werneck de Lacerda (da Guanabara)⁵. Lacerda tinha muito mais expressão nacional do que Adhemar, mas ambos passaram a ser divulgados, a

⁵ O então Estado da Guanabara correspondia à área do município do Rio de Janeiro e existiu de 1960 a 1976, quando voltou a fazer parte do Estado do Rio de Janeiro como sua Capital.

partir de então em equivalência, devido às suas posições coincidentemente anti-esquerdistas e contrárias às reformas de base. Os pronunciamentos de ambos devem ser considerados dentro do período aqui em análise. Com o mesmo posicionamento, outros dois governadores tiveram destaque na época: Magalhães Pinto (de Minas Gerais) e Ildo Menegheti (do Rio Grande do Sul). Magalhães Pinto, por sinal, deu o toque inicial do golpe.

Foram, também, objetos de destaque notícias locais e regionais exortando a necessidade dos jovens se organizarem para combater o comunismo.

Percebe-se, portanto, uma convergência para dois aspectos relevantes na imprensa sorocabana, abrangendo os níveis nacional, local e regional: o anticomunismo e a oposição às reformas de base, envolvendo o governo João Goulart, caracterizado como aliado aos comunistas e que pregava as ditas reformas.

Os adjetivos revolucionário e subversivo na imprensa local da época eram sinônimos de comunista, conforme se deduz dos textos das notícias. As principais reformas de base eram a agrária, a de remessa de lucros, entre outras. Essas reformas eram apresentadas como ameaças ao direito de propriedade pelos setores dominantes da sociedade brasileira na época, daí o empenho em relacioná-las com a alegada comunização do país, pelo governo de João Goulart.

4.1 O Anticomunismo

Uma análise do contexto histórico americano a partir da década de 1930 revela que o anticomunismo começa a ganhar configuração de um instrumento de garantia da hegemonia dos Estados Unidos nas Américas Central e do Sul.

No Brasil, além das repercussões negativas da fracassada intentona de 1935, criou-se um clima hostil ao comunismo refletido no prólogo da carta outorgada de 1937, no qual se lê que “dissídios partidários” são desnaturados em “lutas de classe” pela “extremação de conflitos ideológicos”, descambando em violência e abrindo caminho para uma guerra civil e que a ação golpista atendia “ao estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente” (BARRETO, 1971, p. 429)

Neste prólogo estava dado um toque inicial oficial ao anticomunismo, que começou a ganhar corpo durante o Estado Novo e ampliou-se a partir da denominada redemocratização de 1945. E isso porque nesse ano terminou a segunda guerra mundial, esvaindo-se, a partir daí, os fatores da aliança de países liderados pelos Estados Unidos com a União Soviética, dentre eles o Brasil.

Em 1947, começou a chamada “guerra fria”, entre os blocos socialista e capitalista. O Brasil foi integrado no bloco capitalista e isso vem a ser um dos fatores explicativos da incrementação do anticomunismo interno, o qual começou a se expandir através dos diversos setores institucionais e de comunicação.

Assim, foi criada no Brasil, como em toda a América Latina, uma bipolarização: quem não fosse favorável aos Estados Unidos, passaria como suspeito de simpatizante do comunismo soviético.

Essa bipolarização levou à criação de um clima ideológico interno justificador de tentativa golpista arquitetada por setores sociais e políticos conservadores e pró-Estados Unidos, na época em que a “guerra fria” começou a envolver a conjuntura internacional.

No Brasil, de 1947 a 1964, os procedimentos golpistas marcantes foram:

- Colocação do Partido Comunista na ilegalidade (governo Dutra); (1947).
- Campanha contrária ao movimento “O Petróleo é Nosso”, (1953) apoiado pelo governo de Getúlio Vargas, que adotou uma política econômica nacionalista, provocando contra ele uma oposição intensa no sentido de acusá-lo de favorecer os interesses do comunismo internacional, o que culminou com o seu suicídio; (24.8.1954).
- As rebeliões de Jacareacanga (1956) e Aragarças (1959) promovidas por militares da Aeronáutica e do Exército, contra o governo de Juscelino Kubstcheck, um presidente que entrou em desavenças com o Fundo Monetário Internacional.
- Grande celeuma, provocada pelos meios conservadores, que levou a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), após ele ter condecorado Ernesto “Che” Guevara, um dos líderes da revolução cubana e o primeiro astronauta a ir para o espaço, o russo Yury Gagarin.

- Tentativa de impedir a posse do vice-presidente da República, João Goulart (1961), sob a acusação de que ele era comunista.
- Golpe contra o presidente João Goulart, (1964) por setores civis e militares conservadores, que o acusavam de estar aliado com os comunistas na política de realizar as reformas de base, principalmente a agrária, além da regulamentação da remessa de lucros para o exterior.

Dentro desse contexto, a revolução cubana de 1959 que evoluiu para o socialismo, passou a ser o referencial para as esquerdas na América em geral, aguçando ainda mais os intuitos golpistas dos setores conservadores.

O Brasil foi envolvido nisso. E dentro do Brasil, Sorocaba.

4.2 Levantamento no noticiário dos jornais de Sorocaba sobre o Anticomunismo

Janeiro de 1964

“O MEC TROCA A ALFABETIZAÇÃO PELO TRABALHO COMUNIZANTE”.
“Cruzeiro do Sul”, 12/01/64, 1ª página, manchete com destaque.

“HÁ TENTATIVA DE COMUNIZAÇÃO DE CANDIDATOS AO VESTIBULAR”,
“Cruzeiro do Sul”, 18.1.64, página 3, com destaque.

“ADHEMAR, EM DEFESA DA DEMOCRACIA, RECEBE APOIO DE OITO PARTIDOS POLÍTICOS”, “Cruzeiro do Sul”, 19.1.64, 1ª página, manchete com destaque.

“REVOLUÇÃO POPULAR BRASILEIRA: DIVULGAÇÃO DE MANIFESTO”,
“Cruzeiro do Sul”, 21.1.64, 1ª página, manchete com destaque.

“MANIFESTO DE CARLOS LACERDA”, 21.1.64, “Cruzeiro do Sul”, página 3, alto da página com destaque.

“GRAVÍSSIMA A SITUAÇÃO DO BRASIL: BISPOS ESTÃO ANGUSTIADOS”,
“Cruzeiro do Sul”, 23.1.64, 1ª página, manchete, com destaque no alto.

“NA REGIÃO DE SOROCABA, COMUNISTAS ARMAM OS TRABALHADORES DO CAMPO”, “Folha Popular”, 31.1.64, página 8, com destaque.

Fevereiro de 1964

“PC PODERÁ VOLTAR À LEGALIDADE COM A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO”, “Diário de Sorocaba”, 18.2.64, 1ª página, manchete, no alto.

“BARRETO PINTO AFIRMA: PC É PARTIDO DOS CANALHAS BRASILEIROS”, “Diário de Sorocaba”, 18.2.64, página 3, manchete com destaque.

“LÍDERES DA CGT DOMINGO EM SOROCABA”, “Diário de Sorocaba”, 21.2.64, 1ª página, com grande destaque, no alto.

“TRABALHADORES FARÃO COMÍCIO AMANHÃ NO LARGO DO MERCADO: REFORMAS DE BASE”, “Folha Popular”, 22.2.64, página 3, com destaque, no alto.

“SERÃO INSTALADOS 23 NÚCLEOS DA ANTICOMUNISTA NO INTERIOR DE SÃO PAULO”, “Folha Popular”, 25.2.64, página 2, com algum destaque.

“SÃO PAULO E MINAS GERAIS UNIDOS NA LUTA CONTRA TRAIADORES DA PÁTRIA”, “Folha popular”, 27.2.64, 1ª página, com destaque.

“LACERDA NEGA CEDER PRAÇA PARA COMÍCIO”, “Folha Popular”, 27.2.64, 1ª página com destaque.

Março de 1964

“LACERDA: CARTILHA DOS BISPOS É SUBVERSIVA”, “Diário de Sorocaba”, 1º.3.64, 1ª página, com destaque.

“ADHEMAR RECEBE CALOROSA RECEPÇÃO”, “Cruzeiro do Sul”, 11.3.64, 1ª página, com destaque.

“ADHEMAR FALA EM REVOLUÇÃO E OUVIRAM PARIS BELFORT”, “Diário de Sorocaba”, 12.3.64, 1ª página com destaque.

“VEREADORES DE SOROCABA HIPOTECAM SOLIDARIEDADE A ADHEMAR DE BARROS”, “Cruzeiro do Sul, 12.3.64, 1ª página, manchete, no meio da página”.

“LACERDA DECRETOU FACULTATIVO O PONTO DO DIA 13 PARA O FUNCIONALISMO”, “Cruzeiro do Sul”, 11.03.64, página 3.

“DR. SEVERINO CRIA O CORPO DE VOLUNTÁRIOS PARA DEFESA DO REGIME E DOS BONS COSTUMES”, “Folha Popular”, 18.3.64, 1ª página, com destaque.

“POLÍTICA PRECISA DE VOLUNTÁRIOS PARA O QUADRO DE INSPETORES DE QUARTEIRÃO”, “Cruzeiro do Sul”, 18.3.64, com destaque.

“CORPO DE POLICIAIS VOLUNTÁRIOS PARA DEFENDER A DEMOCRACIA”, “Diário de Sorocaba”, 19.3.64, página 3, sem muito destaque.

“SOROCABA PARTICIPARÁ DA MARCHA COM DEUS PELA LIBERDADE”
“Folha Popular”, 19.3.64, 1ª página, manchete.

“HOJE EM SÃO PAULO: MULHERES PAULISTAS IRÃO ÀS RUAS POR DEUS, PELA PÁTRIA E PELA FAMÍLIA”, “Diário de Sorocaba”, 19.3.64, 1ª página, com destaque.

“PASSEATA DA FAMÍLIA”, “Diário de Sorocaba”, 22.3.64, 1ª página, com algum destaque.

“EDIÇÃO DO COMÍCIO PELA FAMÍLIA EM SOROCABA”, “Folha Popular”, 24.3.64, 1ª página com destaque.

“POVO SOROCABANO VAI À PRAÇA PÚBLICA: EM DEFESA DO REGIME E DA CONSTITUIÇÃO”, “Cruzeiro do Sul”, 24.3.64, 1ª página, com grande destaque.

“COMÍCIO DE APOIO ÀS REFORMAS”, “Folha Popular.” 24.3.64, 1ª página, com destaque.

“HOJE NO LARGO DE SÃO BENTO MARCHA COM DEUS PELA FAMÍLIA EM SOROCABA”, “Folha Popular”, 25.3.64, 1ª página e página 2, com destaque.

“HOJE NO LARGO DE SÃO BENTO CONVOCADO O POVO CRISTÃO DE SOROCABA PARA GRANDE CONCENTRAÇÃO DEMOCRÁTICA”, “Diário de Sorocaba”, 25.3.64, 1ª página, com destaque.

“LUTAMOS POR UMA PÁTRIA LIVRE: SOROCABA DEFENDE HOJE SEU LEMA”, “Cruzeiro do Sul”, 25.3.64, 1ª página, com destaque.

“SOROCABA A POSTOS EM DEFESA DO REGIME E DA CONSTITUIÇÃO”, “Cruzeiro do Sul”, 26.3.64, 1ª página, com destaque.

“COM DEUS PELA FAMÍLIA”, “Folha Popular”, 29.3.64, 1ª página, com destaque e foto.

“BRIGADA CONTRA O COMUNISMO DIVULGA MANIFESTO Nº 2”, “Diário de Sorocaba”, 31.3.64.

“GOVERNADORES VÃO ADVERTIR O PRESIDENTE”, “Cruzeiro do Sul”, 31.3.64, 1ª página, com destaque, no alto.

Abril de 1964

“CÂMARA MUNICIPAL EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE”, “Folha Popular”, 1º.4.64, 1ª página, com destaque.

“7º BP PRONTIDÃO”, “Folha Popular”, 1ª página.

“TODOS QUE QUEREM CONTINUAR LIVRES MOBILIZEM-SE E DEFENDAM A DEMOCRACIA”.

“PARA DEPOR JANGO - TROPAS DE MINAS E DE SÃO PAULO AVANÇAM SOBRE A GUANABARA”.

“ADHEMAR APOIA MINAS”

“MINAS COMEÇA A REVOLUÇÃO CONTRA O GOVERNO FEDERAL”

Essas manchetes são do “Diário de Sorocaba”, no dia 1º.4.64, todas publicadas na página, com destaque.

“CIVISMO NÃO TEM SEXO – IMPORTANTE É A POLITIZAÇÃO DA MULHER”, “Diário de Sorocaba”, 1º.4.64, página 4.

“DR. SEVERINO ASSEGURA: ORDEM SERÁ MANTIDA. POVO PODE PERMANECER TRANQUILO”, “Folha Popular”, 2.4.64, 1ª página, com destaque.

“SEM UM TIRO TERMINA A MAIOR CRISE BRASILEIRA”, “Cruzeiro do Sul”, 3.4.64, página 1, com destaque.

“AMARY KRUEL: LUTA DO II EXÉRCITO SERÁ CONTRA O COMUNISMO”

“MENSAGENS DO EPISCOPADO PAULISTA”, “Folha Popular”, 3.4.64, 1ª página.

“BISPOS RECOMENDAM ORAÇÕES PELA PAZ DE TODO O BRASIL”, “Diário de Sorocaba”, 3.4.64, 1ª página, com manchete, notícia na página 6.

“EPISCOPADO PAULISTA ENVIA MENSAGEM AO POVO”, “Cruzeiro do Sul”, 3.4.64, 1ª página, sem muito destaque.

“POLÍCIA INVADIU SEDE DOS COMINISTAS: FARTO MATERIAL SUBVERSIVO APREENDIDO”, “Folha Popular”, 4.4.64, 1ª página, com destaque.

“FARTO MATERIAL SUBVERSIVO APREENDIDO – REVISTADA PELA POLÍCIA A SEDE DO PARTIDO COMUNISTA EM SOROCABA”, “Diário de Sorocaba”, 4.4.64, 1ª página.

“POLÍCIA CONTINUA A CAÇA AOS COMUNISTAS: MAIS DE VINTE PRESOS”, “Folha Popular”, 4.4.64, 1ª página, com destaque.

“GRUPO DOS ONZE DESBARATADO EM SALTO DE PIRAPORA”, “Folha Popular”, 4.4.64, página 3.

“PSP DE SOROCABA APLAUDE” “KRUUEL E ADHEMAR DE BARROS”, “Diário de Sorocaba”, 4.4.64, 1ª página.

“REPRESÁLIA ANTICOMUNISTA PROSSEGUE. DOPS FUNCIONOU NA ESTRADA DE FERRO SOROCABANA”, “Folha Popular”, 5.4.64, 1ª página.

“CRUZADA CONTRA O COMUNISMO”, “Cruzeiro do Sul”, 6.4.64, 1ª página.

“POLÍCIA COMEÇOU A FECHAR SINDICATOS”, “Folha Popular”, 7.4.64, página 3.

“RUBINO DE OLIVEIRA DEFENDE A SUA POSIÇÃO: PELA DEMOCRACIA”, “Folha Popular”, 7.4.64, página 8, com destaque.

“POLÍCIA DETEVE DOMINGO UM PADRE, DOIS VEREADORES E O VICE-PREFEITO”, “Folha Popular”, 7.4.64, 1ª página.

“POLÍCIA VASCULHOU RESIDÊNCIAS DE COMUNISTAS”, “Folha popular”, 8.4.64, 1ª página.

“POLÍCIA AGIU NO CORREIO - PROPAGANDA COMUNISTA APREENDIDA EM SOROCABA VINHA DO PALÁCIO DO CATETE”, “Folha Popular”, 9.4.64, 1ª página.

“DELEGADO DE POLÍCIA BAIXOU PORTARIA: LÍDERES COMUNISTAS RESPONDERÃO A INQUÉRITO NA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL”, “Folha popular”, 10.4.64, 1ª página.

“A REVOLUÇÃO E O BEM COMUM”, “Diário de Sorocaba”, 17.4.64, última página.

“MATERIAL APREENDIDO”, “Cruzeiro do Sul”, 17.4.64, última página.

4.3 As Reformas de Base

A denominação “Reformas de Base” surgiu dos setores políticos e sociais que se empenhavam em promovê-las e conseguir a sua aprovação democrática pelo Congresso Nacional, após o que deveriam gerar o início de mudanças nas estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira.

A movimentação política para a aprovação dessas reformas começou a ser intensificada a partir da posse de João Goulart, apoiada por setores trabalhistas, sindicais e politicamente de esquerda representados principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro sob a liderança de Luiz Carlos Prestes.

Segundo Moniz Bandeira, os projetos de reformas de base já tramitavam no Congresso entre 1953 e 1958 e diziam respeito a:

- Reorganização da Receita Federal;
- Reestruturação política-administrativa da Previdência Social;
- Direito de greve;
- Desapropriação de bens ou propriedades por interesse social;
- Diretrizes e bases da educação nacional;
- Funcionamento do sistema bancário;
- Implantação do salário mínimo familiar;
- Remessa de lucros para o exterior;

- Reestruturação da carreira dos funcionários públicos civis;
- Disciplinamento do ingresso de capitais estrangeiros no país;
- Criação da Eletrobrás;
- Regime jurídico do trabalhador rural.

Mas as reformas fundamentais eram:

- A agrária, permitindo o acesso do trabalhador rural a terra, por meio da exploração cooperativa ou coletiva, com assistência técnica e financeira federal ou estadual;
- A redistribuição, por imposição constitucional, das rendas públicas para que os Estados de menos recursos atendessem as suas populações sem precisar mais viver implorando o auxílio do governo federal (BANDEIRA, 1978, p. 38-39).

Algumas dessas reformas, debatidas para se transformarem em leis pelo Congresso Nacional, foram consideradas como fatores negativos em relação à propriedade privada, principalmente as agrária e bancária, além das relativas à remessa de lucros para o exterior e ao ingresso de capitais estrangeiros, estas últimas atingindo interesses de multinacionais.

Goulart manifestou-se a favor dessas reformas através de seus discursos, desde 1960, quando candidato a Vice-Presidente. Daí a desconfiança de setores conservadores, principalmente a partir da sua posse como Presidente após a renúncia de Jânio Quadros.

Os setores conservadores começaram a se organizar contra as reformas e, portanto, contra o governo de Goulart, principalmente pela aparente ameaça que este representava à propriedade da terra, embora grandes áreas permanecessem improdutivas, e ao direito dos bancos de agirem em função do lucro meramente especulativo e aos interesses do capital estrangeiro que jamais apoiou qualquer tipo de controle sobre remessas de lucros ao exterior.

4.4 Levantamento no noticiário dos Jornais de Sorocaba sobre Reforma de Base

Março de 1964

“LIDERES SINDICAIS SOROCABANOS HOJE NO RIO”, “Folha Popular”, 13.3.64, 1ª página, manchete.

“COMÍCIO DE HOJE: GRANDES EXPECTATIVAS E PROTESTO”, “Cruzeiro do Sul”, 13.3.64, 1ª página, com grande destaque.

“PRESIDENTE JOÃO GOULART ASSINOU ONTEM NO RIO DE JANEIRO O DECRETO DA SUPRA”, “Diário de Sorocaba”, 14.3.64, 1ª página, com grande destaque.

“ASSINADOS DOIS DECRETOS DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS E ENCAMPAÇÃO DE REFINARIAS”, “Cruzeiro do Sul”, 14.3.64, 1ª página, com grande destaque.

“COMÍCIO NO LARGO DO MERCADO: APOIO ÀS REFORMAS DE JANGO”, “Folha Popular”, 25.3.64, 1ª página, com destaque.

“GRANDE COMÍCIO PELAS REFORMAS DE BASE”, “Cruzeiro do Sul”, 25.3.64, 1ª página, com destaque.

4.5 Considerações sobre a abordagem do anticomunismo e das Reformas de Base pela imprensa diária de Sorocaba, de janeiro a abril de 1964

Janeiro de 1964

A partir de janeiro de 1964, a política nacional ganhou, gradativamente, espaço cada vez maior na imprensa diária de Sorocaba, ampliação que se acentuou até o desfecho do golpe civil-militar concretizado de 31 de março para 1º de abril.

A análise do noticiário político neste mês já revela conteúdos informados de modo a induzir os leitores a acreditarem na comunização do país como decorrência das reformas de base, se as mesmas fossem aprovadas.

O governo federal tem a sua imagem passada à opinião pública como aliado dos comunistas, através de destaques a pronunciamentos de personalidades então vinculadas ao anticomunismo, contra as reformas e pertencentes aos meios político, religioso e universitário. Há uma preocupação dos jornais em destacar entrevistas e declarações de líderes de então, como o Pe. Afonso Maria Weiger, do Colégio São Bento de São Paulo; Zeferino Vaz, professor universitário; Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo; D. Jaime de Barros Câmara, cardeal do Rio de Janeiro; D. Augusto Alves da Silva, Primaz do Brasil; Carlos Lacerda, governador do então Estado da Guanabara.

O programa de alfabetização do MEC é tachado de “trabalho comunizante”, segundo o título da notícia, uma vez que a prova de seleção dos professores pergunta aos candidatos o que entendem por líder, sindicato, greve, reivindicações, cultura popular e reforma agrária. Diretores de escolas particulares, como o Pe. Afonso M. Weiger, e autoridades de ensino afirmam que tal prova demonstra que os comunistas, aliados do governo federal, estão criando condições para tomarem o poder. (“Cruzeiro do Sul”, 12.1.1964, 1ª página).

A comunização do país se estende também aos candidatos a vestibular, segundo denuncia o prof. Zeferino Vaz em depoimento à Comissão de Educação da Assembléia de São Paulo. Ele diz que para o vestibular à Faculdade de Filosofia de Araraquara, a bibliografia é só de autores marxistas, como Caio Prado Júnior e Celso Furtado para o programa de História do Brasil, além do diretor daquela Faculdade estar viajando por países socialistas e ter indicado Caio Prado Júnior como professor, o que foi vetado pelo governador Adhemar de Barros, por ser “dirigente do Partido Comunista do Brasil” (sic). A tendenciosidade do jornal “Cruzeiro do Sul” (18.1.64, 1ª página) deriva do fato de não esclarecer que o referido professor já não era mais militante do Partido Comunista desde muitos anos antes.

No dia 19.1., o mesmo jornal noticia que Adhemar de Barros recebe o apoio de oito partidos políticos para acabar com a subversão, em defesa da democracia, sem qualquer referência identificadora dos subversivos.

Outro líder político de destaque, o governador da Guanabara Carlos Lacerda, lançou um manifesto anunciando que a “guerra revolucionária” já estava em andamento no país e oferecendo a própria vida para evitá-la. Contudo, à semelhança de outros

personagens da mesma linha política, não identificou as suas fontes de informação, nem os promotores da “guerra revolucionária”. (“Cruzeiro do Sul”, 21.1.64).

Altos representantes da Igreja Católica, D. Jaime de Barros Câmara e D. Augusto Alves da Silva, também se manifestaram. D. Jaime diz que recebeu de “fonte oficial” uma circular dirigida aos sindicatos e cujos autores não são identificados. Segundo o documento, teria sido organizado um grupo guerrilheiro para formar um governo popular e revolucionário que passaria todas as terras para o Estado e faria a reforma agrária total, além de “fazer um sindicato único, de cima para baixo”. D. Jaime pede providências enérgicas às autoridades, alertando que essas atividades revolucionárias seriam desencadeadas a partir de 24 de março próximo, sem citar as fontes geradoras da circular. (“Cruzeiro do Sul” 21.1.64). D. Augusto disse, sem explicar, que não aceita o termo reforma agrária, “uma deformação”. Falando em nome da Igreja Católica, afirmou que a mesma apoiaria uma reformulação agrária, desde que fundamentada na propriedade privada. Identificou reforma agrária com o fim da propriedade privada e elogiou a atuação do governador Carlos Lacerda (“Cruzeiro do Sul”, 23.1.64).

Sem identificar a fonte, a “Folha Popular” (31.1.64) diz que em cidades da Alta Paulista e mais Itu e São Roque, existem trabalhadores do campo armados exigindo sindicalização. Em São Roque teriam ameaçado um vigário de morte, pelo mesmo haver formado um grupo de “democratas jovens”. Sem esclarecer melhor, diz a notícia que os trabalhadores estariam sendo organizados por “comunistas” do “Grupo dos Onze”, liderados por Leonel Brizola.

Analisando as manifestações veiculadas com destaque pela imprensa local sobre a conjuntura nacional, percebe-se que as manifestações de setores vinculados à ordem sócio-econômica, em princípio isolada, convergem para uma correlação de posicionamentos contra o alvo comum, o governo de João Goulart e a pretensa identificação do mesmo com a esquerda, em especial os comunistas.

Fevereiro de 1964

Em fevereiro, com leves diferenças, o posicionamento dos três jornais diários de Sorocaba foi comum. Assuntos locais, como o comício pelas reformas de base na cidade e nacionais, como a legalização do Partido Comunista Brasileiro, foram

objetos de colunas assinadas e de notícias despidas de isenção, conforme os tons dos textos. O que predomina é a crítica marcante ao governo de João Goulart, sempre adjetivado de cripto-comunista por pregar as reformas de base.

O anticomunismo se manifesta pela denúncia do empenho pela legalização do Partido Comunista, com o acréscimo do adjetivo brasileiro no nome da agremiação, para dar a impressão de uma organização política nacional sem vínculos externos, ou mais precisamente com a União Soviética. A notícia a respeito enfatiza a questão do nome do partido, procurando desmerecê-lo por ser aliado do governo de João Goulart envolvido com as reformas de base. (“Diário de Sorocaba”, 18.2.1964).

O Partido Comunista é qualificado como o partido dos “canalhas brasileiros” pelo ex-deputado Barreto Pinto, com destaque. E quanto à legalização, procura-se atribuir ao senador Afonso Arinos a iniciativa, quando os comunistas já lutavam por ter o seu partido reconhecido legalmente (“Diário de Sorocaba”, 18.2.1964).

Nota-se uma posição generalizada contra a esquerda em geral, como se a mesma se resumisse aos comunistas, confundindo a opinião pública.

Concomitantemente ao contexto anticomunista generalizado na imprensa diária da cidade, as correntes de esquerda marcam o comício pelas reformas de base.

Os três jornais diários anunciaram com destaque a realização do comício, mas não se manifestaram sobre as repercussões do mesmo nos dias seguintes.⁶

Não convinha que as camadas médias e populares fossem informadas da considerável afluência de público no comício pelas reformas de base, até porque naquela noite estiveram figuras expressivas da vida política e sindical, vinculadas à esquerda, incluindo comunistas.

As repercussões do comício foram ignoradas, mas a sua realização foi objeto de noticiário nos dias que o antecederam, com destaque nos três diários.

Uma análise comparativa dos três jornais revela que:

⁶ O autor deste texto testemunhou que o comício foi bastante concorrido, com a Praça Nicolau Scarpa literalmente tomada. O então líder sindical dos têxteis, João dos Santos Pereira, disse que durante o comício foi ameaçado de prisão por soldados da então Força Pública (atual Polícia Militar), por estar coordenando aplausos aos oradores, além de sofrer provocações de elementos de segurança da Cia. Nacional de Estamparia, conforme entrevista concedida ao autor em 24.8.1996.

- a) todos anunciaram com dias de antecedência;
- b) o “Diário de Sorocaba” noticiou o comício com destaque na 1ª página (21.2.1964);
- c) a “Folha Popular”, em 22.2.1964, divulgou a realização do comício com destaque, na página 3, comentando o caráter do ato e voltou a anunciá-lo no dia 23.2.

Nota-se, contudo, que após a realização do comício não houve qualquer notícia ou comentário sobre as repercussões do mesmo em nenhum dos jornais diários.

Em seguida, a imprensa começa a destacar manifestações consideradas como subversivas da esquerda no plano nacional e no local, tendência que permanece até a vinda de Adhemar de Barros a Sorocaba no dia 10 de março. O noticiário dos três diários revela a preocupação de inculcar nos leitores a idéia de que o país estava a ponto de cair numa ditadura comunista.

Alguns dias após o comício, a “Folha Popular” (26.2.1964) noticia que a cúpula da segurança pública estadual, com todos os delegados regionais de polícia do Estado, promoveria uma reunião, com churrasco, numa chácara nos arredores da cidade, por iniciativa do delegado regional de Sorocaba. Nessa reunião deveriam estar presentes o Secretário de Segurança Pública do Estado e o delegado chefe do Departamento do Interior. Sobre essa reunião não houve mais notícias, mas a sua divulgação sugere um indício de que a imprensa local estava colhendo e divulgando notícias para pressionar a esquerda e impressionar a opinião pública. O mesmo jornal, nesse mesmo dia, destaca que seriam instalados vinte e três núcleos anticomunistas no interior de São Paulo, voltados para alertar operários, estudantes e lavradores sobre o perigo do comunismo.

A área de atuação dos núcleos, segundo a notícia, deverá ser no “Cinturão Verde”, mas a identificação da entidade promotora não fica esclarecida.

Ainda segundo a “Folha Popular” (27.2.1964), o governador Adhemar de Barros elogia os mineiros pela proibição do comício pelas reformas de base em Minas Gerais, o que merece destaque do jornal. Na mesma edição, enfatiza-se a negação do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, por haver negado

autorização para o comício com a mesma finalidade na Praça da República, passando por cima da autoridade do Presidente da República.

O que se nota, portanto, no período entre o comício pelas reformas e a vinda do governador Adhemar de Barros a Sorocaba em março é uma intensificação do anticomunismo e do anti-reformismo, com ênfase na reprodução de notícias de modo a incutir na opinião pública uma vinculação do governo de João Goulart com os comunistas.

No mês de fevereiro o destaque ficou para a “Folha Popular”, mas nos meses seguintes a postura anti-reformista vinculada ao anticomunismo se acentuaram nos outros dois diários.

Março de 1964

No mês de março a imprensa local continuou publicando notícias no sentido de estimular nos leitores a idéia de que o Brasil estava prestes a cair sob o domínio comunista, com o apoio do governo de João Goulart. Políticos contrários às reformas e ao comunismo são colocados em primeiro plano, assim como também os que defendem as reformas, em um claro propósito de confrontá-los tendenciosamente através do noticiário.

O governador Carlos Lacerda aparece com destaque por suas ações e declarações, no sentido de vincular setores da Igreja Católica envolvidos com as reformas de base, com comunistas. A cartilha “Viver é Lutar”, elaborada por uma equipe da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sob a direção de D. Helder Câmara e pelo Ministério da Educação foi recolhida por ordem de Lacerda no âmbito estadual porque “cria uma visão crítica negativa na realidade do educando” (“Diário de Sorocaba” 1º.3.64). Devido ao comício pelas reformas de base no Rio de Janeiro, no dia 13, o governador decretou ponto facultativo ao funcionalismo, para minimizar a presença no evento promovido “por comunistas”. Visando salvaguardar a ordem socioeconômica e a “disciplina militar”, mandou um documento aos governadores no sentido de levá-los a tomar uma posição, principalmente contra as reformas de base. No documento Lacerda pede a organização de “um movimento de salvação nacional”.

O governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, um dos mais expressivos representantes do golpismo, veio a Sorocaba no dia 10 de março para proferir uma aula inaugural das Faculdades locais, na qual atacou o governo federal. Nesse evento, a imprensa local exalta o apelo de Adhemar aos universitários, no sentido de que permaneçam na luta pelas liberdades, contra “os agentes da discórdia e da cizânia” que existem nas Faculdades, numa clara alusão às lideranças estudantis e professores que lutavam pelas reformas de base. É dado destaque à fala do governador de que “os seus homens estão armados (...) pela democracia”, conclamando os estudantes a segui-lo (“Diário de Sorocaba”, 12.3.1964).

O “Cruzeiro do Sul”, em 12.3.1964, noticia que Adhemar de Barros recebeu solidariedade de vereadores de Sorocaba através de ofício contendo elogios ao “espírito democrático” do governador. Não foram publicados os nomes dos que assinaram o ofício.

O governador Adhemar de Barros continuou com espaço na imprensa local, conforme se verificará a seguir.

Em um ato de comunidades não identificadas, adjetivadas de democráticas, foi repudiada a comunização do país, segundo declarações do governador Adhemar, que atacou as lideranças sindicais identificando-as como comunistas, além de anunciar a vigilância de São Paulo contra qualquer atentado à ordem (“Cruzeiro do Sul”, 11.3.1964).

O comício pelas reformas de base, realizado no dia 13 de março, ganhou espaço considerável na imprensa local. O “Cruzeiro do Sul”, no dia 11.3.1964, publicou com destaque que o governador Carlos Lacerda decretou ponto facultativo, para diminuir ao máximo a presença de pessoas no evento promovido por “comunistas”. No dia 13.3 há uma notícia, precedida de comentários, sobre a preocupação que o comício estava provocando no país, induzindo os leitores a concluírem negativamente sobre o mesmo. Sem qualquer referência à ida de lideranças sindicais de Sorocaba, a notícia destaca que “senhoras democráticas” colocarão velas acesas nas janelas, a favor da democracia.

A “Folha Popular”, na mesma data, ao contrário dos outros dois jornais, noticia que dezenas de trabalhadores de Sorocaba foram de trem ao Rio de Janeiro, sem entrar no mérito do comício.

O “Diário de Sorocaba” não fez nenhuma alusão ao comício.

Nos dias seguintes ao comício, o comportamento da imprensa local foi no sentido de vincular o que se disse naquele ato político à subversão ao direito de propriedade, principalmente em relação à terra e às refinarias de petróleo particulares, além de enfatizar o anticomunismo.

O “Diário de Sorocaba”, em 14.3.1964 publicou, com destaque, na primeira página, que Goulart havia assinado o decreto de desapropriação de terras, como se a mesma fosse indiscriminada, sem qualquer relação com a improdutividade, contribuindo para gerar uma impressão contrária e generalizada na opinião pública.

Nesse mesmo dia, a manchete do “Cruzeiro ao Sul” na primeira página refere-se à desapropriação de terras e encampação de refinarias, com grande destaque. O corpo da notícia, porém, é sobre protestos de comerciantes estabelecidos no local do comício, a respeito da queda nas vendas, passando a impressão que o inconformismo foi generalizado no meio comercial carioca. As falas dos oradores aparecem em plano secundário, como se o comício tivesse sido irrelevante, além de tumultuar a vida da cidade.

No dia 18.3.1964, a “Folha Popular” e o “Cruzeiro do Sul” dão destaque às declarações do delegado regional de polícia e à publicação da sua portaria no sentido de formar “um corpo de voluntários para a defesa do regime e dos bons costumes”. O “Diário de Sorocaba” noticiou a respeito no dia seguinte. O corpo de voluntários nunca chegou a ser identificado e nunca se soube se foi formado. Contudo, na ocasião em que foi cogitado, o clima em Sorocaba, do ponto de vista político, já era de preparo da opinião pública no sentido de direcioná-la para combater o comunismo e quem lutava pelas reformas de base. No mesmo dia, na “Folha Popular”, aparece em relevo à declaração do delegado regional que diz ser o momento “de vigilância” e que os partidos devem ficar do “lado melhor”, oposto “à ilegalidade, à desordem e ao crime”. No “Cruzeiro do Sul”, a conotação política das declarações do delegado fica mais clara quando ele afirma ser a sua iniciativa apenas o “cumprimento da Constituição”.

O “Diário de Sorocaba”, em 19.3.1964, sem muito destaque, publica comentários no sentido de incentivar os leitores a se apresentarem ao afirmar: “espera-se que um grande número de pessoas se aliste nessa corporação, que tem,

inclusive, a finalidade de atuar ostensivamente contra os inimigos da Constituição e da liberdade”.

Os três jornais deixam bem claros os objetivos políticos do delegado, justamente porque a sua portaria foi publicada quase que concomitantemente com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo e logo depois em Sorocaba, quando coincidiu com o comício pelas reformas de base.

Em contraste com o empenho na divulgação da portaria, nota-se uma omissão comum aos três jornais em relação a dois aspectos:

- Seria um recrutamento para a formação de um corpo de informantes secretos, sob outra aparência?
- O que teria motivado a secretaria do corpo de informantes a ficar com o delegado encarregado do setor de ordem política da delegacia regional de polícia?

São dois aspectos que a imprensa local não questionou, embora tenha destacado as iniciativas do delegado regional quanto à formação do “corpo de policiais voluntários para a defesa do regime e dos bons costumes”.

Segundo o “Diário de Sorocaba” de 5.3.1964, em matéria que expressa a opinião do jornal, o líder dos trabalhadores ferroviários teria elaborado um abaixo-assinado pedindo a presença de Leonel Brizola na cidade para fazer um comício pelas reformas de base. De acordo com o jornal, “ninguém assinou”, mas a notícia não esclarece por onde o abaixo-assinado foi passado deixando no ar a impressão de que estava existindo uma repulsa generalizada contra a presença de Brizola em Sorocaba. Leonel Brizola era cunhado de João Goulart e defendia as reformas de base.

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, realizada em São Paulo em 19.3.1964, teve manifestação prévia em Sorocaba, segundo divulgação do “Diário de Sorocaba”, no dia 13.3.64, em notícia que anuncia a reza do terço na Praça Cel. Fernandes Prestes “contra o perigo comunista”, um ato religioso promovido por “senhoras católicas”, com conotações políticas evidentes, sem identificação de pessoas ou entidades promotoras do evento.

No dia 19.3.1964, os três jornais noticiaram a realização da “Marcha”, divulgando a participação de sorocabanos “contra o comunismo” e a favor da “democracia cristã”. O “Diário de Sorocaba” ressalta a participação de mulheres sorocabanas, “sempre à frente de manifestações cívicas”, sem identificar pessoas ou entidades que estariam presentes no evento.

A “Folha Popular” anuncia que Sorocaba participará da “Marcha”, mas não identifica os participantes.

O que se nota na postura da imprensa diária sorocabana é a exaltação da participação de alguém de Sorocaba no evento, mas sem qualquer identificação, abrindo espaço para uma interrogação: será que houve mesmo alguém de Sorocaba participando?

O comício pelas reformas de base em Sorocaba estava marcado para o dia 23.3.1964. Os jornais locais começaram a se manifestar a partir do dia 22.3.1964.

O “Diário de Sorocaba”, no dia 22.3.1964, destaca que a “Cruzada Social das Senhoras Católicas” tomou a iniciativa de promover a “Passeata da Família com Deus pela Liberdade”, segundo informação dada pelo monsenhor António Pedro Misiara, que convocou “todas as entidades de Sorocaba, não importando a cor política e religiosa”, assim como “o povo em geral”, em data a ser marcada.

Em 24.3.1964, a “Folha Popular” publica que, no dia seguinte, haverá um ato organizado por senhoras católicas de Sorocaba contra a “comunização do país”, com um trajeto da Praça Cel. Fernando Prestes até o Largo de São Bento, onde “personalidades” deverão falar. No mesmo dia, o “Cruzeiro do Sul” diz que o “povo sorocabano” irá às ruas para defender o regime e a Constituição, num movimento sem cor político - partidária, convidando a sociedade sorocabana a ouvir as palavras dos seus líderes, sem especificar quem são os mesmos.

No mesmo dia, a “Folha Popular” destaca na primeira página, a realização do comício pelas reformas de base, anunciando a presença do deputado federal Marco António Coelho e divulgando um manifesto assinado por líderes sindicais e mais os vereadores locais António Santa Anna Guimarães, Nelson Mascarenhas Filho, Armínio Vasconcelos Leite, Edward Marciano da Silva, Francisco Sola Galera, José de Oliveira Souza, Agrário Antunes (vice-prefeito) e o então deputado estadual Juvenal de Campos. Desses signatários, somente António Santa Anna Guimarães e

Agrário Antunes mantiveram suas posições, pelo que foram presos após a consumação do golpe.

No dia seguinte, 25.3.1964, os três jornais destacaram a “Marcha com Deus pela Família”(“Folha Popular”); a convocação do “Povo Cristão de Sorocaba para Grande Concentração Democrática” (“Diário de Sorocaba”); e a luta “Por uma Pátria Livre; Sorocaba Defende Hoje Seu Lema” (“Cruzeiro do Sul”), todas manchetes de primeira página.

Em síntese, os três jornais incitam o povo a participar da “Marcha”, a favor da democracia, contra o comunismo e ao mesmo tempo ligar o evento com um comício no Largo de São Bento, em frente à estátua de Baltazar Fernandes, procurando-se com isso fazer uma ligação entre essa culminância com o fundador da cidade, incluindo-se aí o posicionamento anticomunista.(“Cruzeiro do Sul”).

Nesse mesmo dia, a “Folha Popular” e o “Cruzeiro do Sul” destacam a realização do comício pelas reformas de base no largo do mercado.

A “Folha Popular” vincula, pelo título, as reformas ao presidente João Goulart, passando a impressão de que são preferências pessoais dele. No “Cruzeiro do Sul”, o comício aparece em forma de anúncio, dando a impressão de matéria paga, ao contrário da notícia sobre a “Marcha”.

No dia seguinte (26.5.1964), o “Cruzeiro do Sul” traz notícias sobre o ato contra as reformas, sem qualquer referência ao comício, destacando a presença das “famílias”, sem identificá-las. O “Diário de Sorocaba” trata da marcha em matéria com o título “Pela Liberdade”, com notícia de que falaram, “vários oradores democráticos e noticia o comício a favor das reformas de base”. Uma análise comparativa entre as duas notícias mostra que a referente à marcha tem como título “Pela Liberdade”, enquanto a do comício pelas reformas é intitulada “Pelas Reformas”, passando a impressão de que ambos os eventos se excluía.

Em 29.3.1964, a “Folha Popular” afirma que o comício após a marcha foi um sucesso e que o evento pelas reforma de base atraiu pouca gente. Nesse mesmo dia, o “Cruzeiro do Sul” publica duas fotos da concentração após a marcha. Numa delas está o prefeito Armando Pannunzio discursando em cima de um caminhão. À conotação do caminhão com um palanque sugere que o movimento contra as reformas de base em Sorocaba não contava com recursos para montar um

palanque, que era um movimento popular, sem vinculação com as elites, buscando-se assim uma equiparação com o comício pelas reformas realizado na Praça Nicolau Scarpa.

No dia 31.3.1964, a imprensa local deu bastante espaço para o noticiário nacional, com implicações em Sorocaba.

A “Brigada Contra o Comunismo” lançou o seu segundo manifesto, concitando os sorocabanos a combaterem o comunismo. Também é divulgado, com destaque, notícias sobre o agravamento da crise no meio militar, além das pressões dos setores políticos contra o governo federal. O meio militar entrou em crise devido ao movimento dos marinheiros que reivindicavam direitos ao casamento e ao uso do uniforme fora do horário de serviço.

A imprensa local ressaltou essas crises. O “Diário de Sorocaba” publicou na íntegra o manifesto da “Brigada” que atacava os países socialistas e exaltava o cristianismo (em especial o catolicismo) e os sorocabanos a tomarem uma posição contra “aqueles que querem viver na prática sob o jugo do despotismo soviético”. Note-se que esse manifesto, publicado integralmente, não faz qualquer menção aos problemas sócio-econômicos do Brasil, limitando-se a atacar o comunismo.

O “Cruzeiro do Sul” publica no dia 31.3.1964, com destaque, a notícia de que vários senadores, de bancadas conservadoras, consideraram um manifesto de oficiais da marinha refutando as reivindicações dos marinheiros como um posicionamento contra a “guerra revolucionária”.

Essa notícia passa a impressão de que já estava existindo uma coesão das esferas civil e militar contra o governo de Goulart. O mesmo jornal, na página 5, com destaque, divulga o pedido de Carlos Lacerda aos demais governadores para que tomem uma posição contra as reformas de base, unindo-se num “Movimento de Salvação Nacional”.

A análise dos três jornais diários de Sorocaba no mês de março revela um empenho no sentido de incitar, gradativamente, a opinião pública contra as reformas de base pregadas pelo governo de João Goulart, procurando vinculá-las a uma estratégia dos comunistas de tomarem o poder, aliados ao presidente. Nota-se uma ênfase à divulgação de manifestações de senadores contra a “guerra revolucionária”, da manifestação do governador Carlos Lacerda aos governadores,

contra as reformas de base, além do segundo manifesto da “Brigada Contra o Comunismo”, Houve exaltação da “Marcha da Família”, enquanto o comício pelas reformas, divulgado em termos, ficou em segundo plano, ou quase ignorado após a sua realização.

Abril de 1964

No dia 1º de abril consumou-se o golpe civil-militar. No mesmo dia a imprensa local refletiu as primeiras manifestações ocorridas na cidade.

O “Diário de Sorocaba” foi o jornal que destacou mais o que acontecia no plano político nacional, por matérias assinadas e também de responsabilidade da redação. Nota-se que as reformas de base são defendidas nas matérias, enquanto a crítica enfática refere-se ao comunismo e às reformas de base pregadas pelo governo de João Goulart, acusado de aliado aos comunistas. Comunismo e esquerda são veiculados de maneira a induzir a opinião pública de que ambos se confundem necessariamente. O estado de direito e a ordem são defendidos dubiamente, pois ao mesmo tempo se tenta justificar o golpismo em fase de concretização. O jornal enfatiza o que estava acontecendo no país, conforme as suas manchetes do dia 1º.4.1964, caracterizando o golpe como “revolução”. O destaque é dado na primeira página, com títulos de notícias sobre a mobilização militar contra o governo de Goulart, a partir de Minas Gerais, com o apoio do governo de São Paulo. O jornal enfatiza a idéia de que todos os adeptos “da liberdade devem apoiar a democracia” e, portanto, mobilizar-se para a deposição do governo de Goulart.

A “Folha Popular” noticiou a prontidão militar na cidade e a sessão extraordinária na Câmara Municipal, em caráter permanente para “defesa dos Poderes constituídos”, sem identificação do autor do requerimento.

O “Cruzeiro do Sul” não circulou no dia 1º de abril, voltando à circulação no dia seguinte, com ostensivo apoio ao golpe, semelhante aos outros dois jornais locais.

Essas primeiras impressões, passadas pela imprensas de Sorocaba sobre o golpe, seguem o figurino nacional representado pela união das forças civis e militares, que se juntaram contra o governo de Goulart. A imprensa foi um importante veículo de expressão a respeito.

O então delegado de polícia regional de Sorocaba, em entrevista solicitada por ele mesmo, disse que o povo sorocabano poderia ficar tranqüilo, pois “todos os policiais”, civis e militares, estavam atentos à cidade para impedir qualquer “agitação comunista”. E avisou os comunistas de que suas ações seriam reprimidas a qualquer custo (“Folha Popular”, 2.4.1964, 1ª página). A impressão passada pelo jornal foi a de que estava tudo normal em Sorocaba, por decisão do delegado.

Um dado novo no comportamento da imprensa sorocabana a partir do golpe é a progressiva omissão sobre as reformas de base, enquanto o alerta contra os comunistas ganha espaço cada vez maior, conforme o noticiário no mês de abril.

No dia 3 de abril, os jornais da cidade passaram a refletir e, portanto, a endossar o clima de repressão crescente, noticiando com ênfase a invasão de sedes de sindicatos de trabalhadores e do Partido Comunista Brasileiro, além de detenção de líderes estudantis, operários, políticos e de outras categorias. Autoridades se manifestaram para justificar os seus atos repressivos, objetivando “manter a ordem”.

O “Cruzeiro do Sul” assumiu na primeira página que os comunistas “que fizeram de Porto Alegre o seu último quartel”, caíram, afirmando estar “o povo brasileiro ao lado das Forças Armadas”.

O “Diário de Sorocaba” enfatiza declarações do Gal. Amaury Kruehl de que o Segundo Exército dará prioridade à luta contra o comunismo.

No dia 3.4.1964, o “Diário de Sorocaba” destaca a oração encomendada contra os comunistas e “esse mal que é o comunismo” (pág.1), numa reunião de bispos da Igreja Católica, em São Paulo, realizada em 31.3.1964. As posições do “Cruzeiro do Sul” e da “Folha Popular” foram no sentido de omitir qualquer conotação política em face do golpe, até porque restringindo o manifesto à religião, a neutralidade aparente poderia significar endosso à situação que se implantava no país, sem qualquer vinculação com nenhum dos lados. A exceção, portanto, ficou com o “Diário de Sorocaba”, que exaltou trechos anticomunistas do manifesto dos bispos.

O anticomunismo, frise-se, começou a ganhar espaço mais amplo nos três jornais a partir do dia 4.4.1964, quando noticiaram a invasão da sede local do Partido Comunista Brasileiro pela polícia e apreensão de “farto material subversivo”, o qual seria exibido ao público com farta divulgação pela imprensa.

A “Folha Popular”, com destaque, noticia que a sede do PCB foi vasculhada pela polícia, sendo encontrado farto material comprometedor, além de nomes de militantes, devendo resultar em caça intensa aos militantes do partido. O resultado dessa caça foi a prisão de mais de vinte cidadãos genericamente considerados na notícia como comunistas. O jornal destaca o telegrama do delegado regional de polícia ao governador, no qual ele afirma que os comunistas em Sorocaba “não mais levantariam a cabeça” com certeza, porque a luta continuaria. O jornal não apresenta nenhum comentário a respeito, ficando, portanto, em relevo a exaltação ao anticomunismo e às autoridades no poder. No mesmo dia o jornal noticia que foi desbaratado em Salto de Pirapora, pela polícia, o “Grupo dos Onze” local, que possuía uma “cartilha de Brizola”. A notícia diz que essa organização “é comunista”, levando “doutrina vermelha” para todos os cantos. Sabe-se, contudo, que o “Grupo dos Onze”, liderado por Leonel Brizola, nunca foi comunista e que as tais “cartilhas” jamais tiveram algo com a “doutrina vermelha”.

A imprensa local intensifica a sua adesão à nova ordem imposta ao país, exaltando os seus agentes e refletindo, da mesma forma, os posicionamentos políticos dos partidos e de entidades de categorias profissionais. Nesse sentido, nota-se a notícia veiculada com destaque pelo “Diário de Sorocaba”, que enfatiza o telegrama do Partido Social Progressista local ao Gal. Amaury Kruehl, cumprimentando-o por interpretar “o pensamento da população sorocabana” e por ter garantido a extirpação do “cancro comunista ameaçador” (4.4.1964, 1ª página).

A partir do dia 4.4.1964, com a consumação do golpe, a imprensa local começa a realçar as ações policiais repressivas, com acentuado posicionamento anticomunista, destacando também as manifestações de partidos políticos e órgãos de algumas categorias profissionais. Era o reflexo local da crescente adesão da imprensa nacional ao golpe.

No dia 5.4.1964, a “Folha Popular” destacou em manchete que o DOPS funcionou na então Estrada de Ferro Sorocabana (1ª página), onde estava havendo o expurgo de comunistas declarados, de suspeitos e de participantes de movimentos trabalhistas, deixando clara a intenção de englobar todos os ativistas como adeptos do comunismo, notando-se aí uma evidente manipulação dos fatos para influir nos leitores.

No dia 6.4.1963, o “Cruzeiro do Sul”, na primeira página, publica matéria não assinada, exaltando o dever da Igreja de tomar uma posição contra o comunismo, até porque aquela instituição sempre foi alvo de pregações contrárias daquele movimento, em nível internacional. Por não estar assinada, a matéria reflete a opinião do jornal.

Em 7.4.1964, a “Folha Popular” e o “Cruzeiro do Sul” foram pródigos em exibir matérias anticomunistas. Segundo a “Folha”, a polícia fechou vários sindicatos na cidade, dando início à “nova fase do combate ao comunismo”. De acordo com a notícia, nos sindicatos fechados foi encontrado “material de propaganda vermelha”, sem qualquer outra explicação. No mesmo dia é publicado, com destaque, um manifesto assinado pelo presidente do Centro Acadêmico “Rubino de Oliveira”, da Faculdade de Direito local, no qual são atacados o governo de João Goulart, “os corruptos (...) e assalariados de Moscou e Pequim”, além de externar o seu repúdio aos comunistas e ao comunismo, clamando pela “limpeza” dos mesmos, terminando com um “viva” à democracia e um agradecimento a Deus pela derrota do comunismo e a “vitória da Constituição”. O “Cruzeiro do Sul” também publica esse manifesto, na última página, além de um outro do Movimento Democrático Estudantil, de estudantes secundaristas, no qual se repudia o comunismo e se exalta políticos e militares que participaram do golpe.⁷

Enquanto setores da sociedade sorocabana manifestavam apoio decidido ao golpe, outros se colocaram contra, sendo detidos. Entre estes havia pessoas de relevo, provocando manifestações diversificadas na imprensa, como no caso da prisão do cônego então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local. Essa detenção gerou uma polêmica entre a “Folha Popular”, da qual o cônego era diretor, e o delegado regional de polícia. Nessa polêmica, a “Folha Popular”, em 7.4.1964, emite uma nota na primeira página, condenando a prisão do cônego, classificando-a como arbitrariedade policial, sugerindo à polícia que se explicasse quanto à prisão de “um sacerdote só porque prega a justiça da Igreja”. E conclui, dizendo que o jornal defende a erradicação dos comunistas, mas dentro de um “clima de moderação” e que devem ser presos os velhos interessados em integrar o

⁷ Ambos os documentos tem origens pouco claras. Pesquisas feitas nos arquivos e no livro de atas do C.A. “Rubino de Oliveira”, além de entrevistas com alunos do curso de Direito de então, revelaram que não houve assembleia geral, nem reunião de diretoria, para a elaboração do manifesto, o que permite a conclusão de que o mesmo foi iniciativa exclusiva do então presidente da entidade. Quanto ao manifesto dos secundaristas, a notícia diz que o mesmo continha 1.035 assinaturas, mas ninguém o assumiu publicamente.

Brasil com Moscou. O jornal defende a justiça social e os cristãos com ela compromissados, desde que sejam católicos, não discordando dos métodos repressivos contra os comunistas interessados em integrar o Brasil com Moscou.

No dia 8.4.1964, a “Folha Popular”, na primeira página, divulga que a ação policial entrou na fase de “invasão de residências dos líderes sindicais que se encontravam detidos”, nas quais foram encontrados materiais subversivos, entre os quais “enormes quadros de Fidel Castro” e caixões “de material de propaganda subversiva procedente da China, de Moscou e de Cuba”. Chama a atenção a ênfase ao encontro do material através da invasão da polícia a residências, noticiada sem qualquer alusão a arbitrariedades, ou falta de “clima de moderação”, como o próprio jornal se manifestou em 7.4, a propósito da prisão do cônego que era dirigente do jornal.

No dia 9.4.1964, a “Folha Popular” anuncia na primeira página que a polícia apreendeu, na agência local do Correio, grande quantidade de material “de cunho comunista”, endereçado a sindicatos de Sorocaba, proveniente do Palácio do Catete. A denúncia foi de um funcionário do Correio, que teria visto alguém pegar um pacote e jogá-lo no lixo. Interessante notar que se alguém estivesse interessado no material não o teria jogado no lixo. O jornal destaca o fato, mas não fornece nenhum dado identificador do material qualificado na manchete e no corpo da notícia como “subversivo” e de “cunho comunista”.

Sobre esse mesmo assunto, o “Cruzeiro do Sul”, no dia 11.4.1964, afirma na manchete de primeira página que a correspondência está censurada na agência local dos Correios, mas somente a proveniente da “Rússia” e dos “países satélites”. A notícia esclarece que os censores são os próprios funcionários dos Correios. A notícia não identifica a fonte geradora da censura, mas confirma (tal como a “Folha Popular”) que o “material subversivo” apreendido provinha do Palácio do Catete, deixando claro que se aplicava também à correspondência interna do país. Á contradição dos dois jornais aparece no fato de divulgarem que a censura seria aplicada à correspondência proveniente dos países socialistas apenas, sem qualquer comentário ou crítica ao fato de ter sido censurado o material vindo do Palácio do Catete.

No dia 10.4.1964, a “Folha Popular”, na primeira página, destaca em manchete que o delegado regional de polícia iria enquadrar os líderes comunistas na

lei de Segurança Nacional e publica os nomes dos que deveriam prestar depoimento, dentre os quais quatro, sabidamente, não eram comunistas. Uma incoerência do delegado regional, publicada enfaticamente pelo jornal, sem qualquer esboço de crítica esclarecedora a respeito da manifestação daquela autoridade policial.

O “Diário de Sorocaba”, no dia 17.4.1964, na última página, na coluna “Diário na Política”, assinada por AABC, publica uma apologia sobre o golpe, na qual diz que “os comunistas não mais ameaçarão nossa liberdade de locomoção, de trabalhar livremente, de termos a nossa fé e a nossa religião. Mas obrigará os nossos filhos a uma educação totalitária. Ninguém porá pessoas estranhas morando em nossas casas”. O autor passa a impressão de que o país já estava na situação repudiada no texto. A matéria exala um anticomunismo agudo, sem qualquer fundamentação na prática, revelando a tendência do jornal de induzir os leitores a assimilarem uma situação que, na prática, não existia.

O “Cruzeiro do Sul, em 17.4.1964, na última página, destaca que foi apreendido material na então Delegacia de Ensino estadual, para constatar “se era ou não subversivo”, sob o título “Guias de Linguagem para Adultos”. Não era material “comunista ou comunizante”, segundo se apurou, depois da apreensão abrupta, sem qualquer outra manifestação do jornal, além da notícia.

A partir de meados de abril, ocorreram fatos relevantes, refletindo a nova ordem ao país, como a libertação dos presos políticos; o manifesto da Congregação da Faculdade de Medicina local a favor do governo militar; a solidariedade da ala jovem da Confederação das Famílias Cristãs à nova ordem implantada no país. Os setores da sociedade sorocabana que se posicionaram em relação a esses eventos, inclusive criticamente quanto à libertação dos presos políticos, tiveram bastante espaço na imprensa. O que não aconteceu aos setores contrários ao golpe civil-militar ocorrido de 31 de março para 1º de abril de 1964.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma reflexão sobre o posicionamento da imprensa em Sorocaba, de janeiro a abril de 1964, demonstra o que Althusser destaca a respeito dos jornais formadores de opinião em função do sistema predominante.

Nesse sentido, a imprensa chega até a fazer o papel de uma instituição educativa.

Nota-se que a imprensa diária de Sorocaba, apesar das diferenças, por sinal mínimas, entre os três jornais, comportou-se a favor do golpe civil-militar de 1964, procurando influenciar gradativamente a opinião pública, num sentido convergente, ou seja, convencê-la da necessidade da deposição do governo de João Goulart.

Constata-se isso através do noticiário a respeito da política nacional. De janeiro a abril, nos três jornais diários, que gradativamente passaram a procurar influenciar a opinião pública contra o governo de João Goulart.

Foram analisados apenas três jornais diários empresariais e não outros, como os operários, por exemplo, porque o objetivo aqui se traduziu em demonstrar o posicionamento da imprensa maior a favor da ordem então vigente, procurando influenciar a opinião pública em geral contra o comunismo e as reformas.

O que se nota é o empenho da imprensa diária de Sorocaba em, gradativamente, influenciar a opinião pública no sentido de convencer que realmente havia uma conspiração comunista, e que o governo de João Goulart estaria vinculado com a mesma.

A análise do noticiário dos três jornais, a partir de janeiro de 1964, demonstra que crescentemente se procura influenciar os leitores no sentido de que se deveria tomar uma posição contra essa trama comunista. Nota-se o empenho do jornal “Cruzeiro do Sul” nesse sentido.

Os outros dois jornais, “Folha Popular” e “Diário de Sorocaba”, embora menos empenhados que o “Cruzeiro do Sul”, também tiveram participação na formação da opinião pública, conforme se constata pela análise do texto.

O empenho menor da “Folha Popular” e do “Diário de Sorocaba” deve ser entendido como uma posição das direções dos jornais em não saber exatamente no que resultaria a situação política de janeiro a abril de 1964.

Contudo, no período em que a agitação política chegou ao máximo, o que se nota é o envolvimento dos dois jornais citados no preparo da opinião pública para o golpe.

Isso se verifica, principalmente, a partir do início de março de 1964.

Em resumo, a imprensa diária de Sorocaba se empenhou, gradativamente, na preparação da opinião pública para o golpe civil-militar de 1964.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Portugal: Presença, [s.d].
- ALVIM, Thereza Cesário. **O golpe de 64: A imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- . **A Imprensa Disse Não**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1979.
- BANDEIRA, M. **O governo de João Goulart**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARRETO, Carlos Eduardo. **Construções do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1971.
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. São Paulo: Alfa – Omega, vol. 3, 1968.
- CARDOSO, F. H. **O modelo político brasileiro**. São Paulo: Difel, 1979.
- CARPEAUX, O. M. **A Ideologia Anticomunista**, [s.d]
- CONY, C. H. **O ato e o fato**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- CARONE, Edgar. **A república Liberal, Instituição e Classes Sociais**. São Paulo: Difel, 1985.
- COSTA, J. C. **Pequena história da república**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura – Brasil: 1964 – 1985**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CRUZEIRO DO SUL. **O Mec troca a Alfabetização pelo Trabalho Comunizante**. 12.1.64, 1ª página, manchete com destaque.
- . **Há Tentativa de Comunização de Candidatos no Vestibular**, 18.1.64, página 3, com destaque.
- . **Adhemar, em Defesa da Democracia, recebe apoio de oito Partidos Políticos**, 19.1.64, 1ª página, manchete com destaque.
- . **Revolução Popular Brasileira: Divulgação de Manifesto**, 21.1.64, 1ª página, manchete com destaque.

----- . **Manifesto de Carlos Lacerda**, 21.1.64, página 3, alto da página com destaque.

----- . **Gravíssima a situação do Brasil: Bispos estão angustiados**, 23.1.64, 1ª página, manchete, com destaque no alto.

----- . **Adhemar recebe calorosa recepção**, "11.3.64, 1ª página, com destaque.

----- . **Vereadores de Sorocaba hipotecam solidariedade a Adhemar de Barros**, 12.3.64, 1ª página, manchete, no meio da página".

----- . **Lacerda decretou Facultativo o ponto do Dia 13 para o Funcionalismo**, 11.03.64, página 3.

----- . **Política precisa de Voluntários para o Quadro de Inspetores Quarteirão**, 18.3.64, com destaque.

----- . **Povo sorocabano vai à Praça Pública: em defesa Dd Regime e da Constituição**, 24.3.64, 1ª página, com grande destaque.

----- . **Hoje no Largo de São Bento marcha com Deus pela Família em Sorocaba**, 25.3.64, 1ª página e página 2, com destaque.

----- . **Lutamos por uma Pátria Livre: Sorocaba defende hoje seu Lema**, 25.3.64, 1ª página, com destaque.

----- . **Sorocaba a postos em Defesa do Regime e da Constituição**, 26.3.64, 1ª página, com destaque.

----- . **Governadores vão advertir o Presidente**, 31.3.64, 1ª página, com destaque, no alto.

----- . **Sem um tiro termina a maior crise brasileira**, 3..4.64, página 1, com destaque.

----- . **Episcopado Paulista envia mensagem ao Povo**, 3.4.64, 1ª página, sem muito destaque.

----- . **Cruzada contra o Comunismo**, 6.4.64, 1ª página.

----- . **Material Apreendido**, 17.4.64, última página.

DIÁRIO DE SOROCABA. **PC poderá voltar à legalidade com a Reforma da Constituição**, 18.2.64, 1ª página, manchete, no alto.

- **Barreto Pinto afirma: PC é Partido dos Canalhas Brasileiros**, 18.2.64, página 3, manchete com destaque.
- **Líderes da Cgt domingo em Sorocaba**, 21.2.64, 1ª página, com grande destaque, no alto.
- **Lacerda: Cartilha dos Bispos é Subversiva**, 1º.3.64, 1ª página, com destaque.
- **Adhemar fala em Revolução e ouviram Paris Belfort**, 12.3.64, 1ª página com destaque.
- **Corpo de Policiais Voluntários para defender a Democracia**, 19.3.64, página 3, sem muito destaque.
- **Hoje em São Paulo: mulheres paulistas irão às ruas por Deus, pela Pátria e pela Família**, 19.3.64, 1ª página, com destaque.
- **Passeata da Família**, 22.3.64, 1ª página, com algum destaque.
- **Hoje no Largo de São Bento convocado o Povo Cristão de Sorocaba para grande concentração Democrática**, 25.3.64, 1ª página, com destaque.
- **“Brigada contra o Comunismo divulga Manifesto Nº 2**, 31.3.64.
- **Todos que querem continuar livres mobilizem-se e defendam a Democracia; Para depor Jango - Tropas de Minas e de São Paulo avançam sobre a Guanabara; Adhemar apoia Minas; Minas começa a Revolução contra o Governo Federal**, 1º.4.64, todas publicadas na 1ª página, com destaque.
- **Civismo não tem sexo – importante é a Politização da Mulher**, 1º.4.64, página 4.
- **Bispos recomendam Orações pela Paz de todo o Brasil**, 3.4.64, 1ª página, com manchete, notícia na página 6.
- **Farto material subversivo apreendido – revista pela Polícia a sede do Partido Comunista em Sorocaba**, 4.4.64, 1ª página.
- **PSP de Sorocaba aplaude Kruel e Adhemar de Barros**, 4.4.64, 1ª página.
- **A Revolução e o Bem Comum**, 17.4.64, última página.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio**. 3.ed. São Paulo: Nova Fronteira[s.d]

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Editora Nacional, 1967.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, [s.d].

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajectoria política do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

JORGE, F. **Cale a boca jornalista**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOLHA POPULAR. **Na região de Sorocaba, Comunistas armam os trabalhadores do campo**, 31.1.64, página 8, com destaque.

----- . **Trabalhadores farão Comício amanhã no Largo do Mercado: Reformas de Base**, 22.2.64, página 3, com destaque, no alto.

----- . **Serão instalados 23 Núcleos da Anticomunista no interior de São Paulo**, 25.2.64, página 2, com algum destaque.

----- . **São Paulo e Minas Gerais unidos na luta contra traidores da Pátria**, 27.2.64, 1ª página, com destaque.

----- . **Lacerda nega ceder Praça para Comício**, 27.2.64, 1ª página com destaque.

----- . **Dr. Severino cria o corpo de Voluntários para Defesa do Regime e dos Bons Costumes**, 18.3.64, 1ª página, com destaque.

----- . **“Sorocaba participará da Marcha com Deus pela Liberdade**, 19.3.64, 1ª página, manchete.

----- . **Edição do Comício pela Família em Sorocaba**, 24.3.64, 1ª página com destaque.

----- . **Comício de apoio às Reformas**, 24.3.64, 1ª página, com destaque.

----- . **Com Deus pela Família**, 29.3.64, 1ª página, com destaque e foto.

----- . **Câmara Municipal em Sessão Extraordinária Permanente**, 1º.4.64, 1ª página, com destaque.

----- . **7º BP Prontidão**, 1ª página.

----- . **Dr. Severino assegura: ordem será mantida. Povo pode permanecer tranqüilo**, 2.4.64, 1ª página, com destaque.

----- . **Amary Kruel: luta do II Exército será contra o Comunismo; Mensagens do Episcopado Paulista**, 3.4.64, 1ª página.

----- . **Polícia invadiu sede dos Comunistas: farto material subversivo apreendido**, 4.4.64, 1ª página, com destaque.

----- . **Polícia continua a caça aos Comunistas: mais de vinte presos**, 4.4.64, 1ª página, com destaque.

----- . **Grupo dos Onze desbaratado em Salto de Pirapora**, 4.4.64, página 3.

----- . **Represália Anticomunista prossegue: DOPS funcionou na Estrada de Ferro Sorocabana**, 5.4.64, 1ª página.

----- . **Polícia Começou a fechar Sindicatos**, 7.4.64, página 3.

----- . **Rubino de Oliveira defende a sua Posição: Pela Democracia**, 7.4.64, página 8, com destaque.

----- . **Polícia deteve domingo um Padre, dois Vereadores e o Vice-Prefeito**, 7.4.64, 1ª página.

----- . **Polícia vasculhou residências de Comunistas**, 8.4.64, 1ª página.

----- . **Polícia agiu no Correio - Propaganda Comunista apreendida em Sorocaba vinha do Palácio do Catete**, 9.4.64, 1ª página.

----- . **Delegado de Polícia baixou Portaria: Líderes Comunistas responderão a inquérito na Lei de Segurança Nacional**, 10.4.64, 1ª página.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Capital da Notícia**. São Paulo, Ática, 1989.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NETO, M. **Brasil – Guerra quente na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ODÁLIA, Nilo. O Brasil nas relações internacionais: 1945 a 1964, IN; **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adulto**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SADER, E. **Cuba, Chile, Nicarágua**. São Paulo: Atual, 1992.

SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SERBIN, P. Kennet. **Diálogos na sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

----- . **Do estado novo à ditadura militar**. Petrópolis: Vozes, 1988.

----- . **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1964.

----- . **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

----- . **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VIEIRA, E. **A República brasileira**. São Paulo: Moderna, 1987.

FICHA CATALOGRÁFICA

Peçanha, João Luiz Gonzaga
P377g O golpe civil-militar de 1964, nos jornais diários de Sorocaba :
reflexões sobre a imprensa como aparelho ideológico / João Luiz
Gonzaga Peçanha. – Sorocaba, SP, 2005
70 f.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Sanfelice
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de
Sorocaba, Sorocaba, SP, 2005.

1. Imprensa sorocabana. 2. Reformas de base. 3.
Anticomunismo. 4. Golpe civil-militar – 1964. I. Sanfelice, José
Luís , orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título